



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

JORGE MIGUEL PALUMBO CHAMORRO

DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO PARAGUAI
1970 – 2005

FLORIANÓPOLIS, 2008.

JORGE MIGUEL PALUMBO CHAMORRO

**DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO PARAGUAI
1970 – 2005**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Ricardo José Araújo de Oliveira,
Dr.

FLORIANÓPOLIS, 2008.

Palumbo Chamorro, Jorge Miguel

Diagnóstico do Desenvolvimento Sócio Econômico do Paraguai de 1970 a 2005 / Jorge Miguel Palumbo Chamorro. – Florianópolis: UFSC / CSE, 2008. 94f. – Orientador: Ricardo José Araújo de Oliveira – Monografia (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, CSE, 2008.

1.Assunto. I. Oliveira, Ricardo José (orientador). II. Universidade Federal de Santa Catarina, CSE.III. Análise do desenvolvimento sócio econômico do Paraguai de 1970 a 2005

JORGE MIGUEL PALUMBO CHAMORRO

**DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO PARAGUAI
1970 – 2005**

Esta Monografia foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Bacharel em Economia do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo atribuída a nota _____ ao aluno Jorge Miguel Palumbo Chamorro na Disciplina CNM 5420 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho à Banca Examinadora.

Florianópolis, 24 de Novembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo José A. de Oliveira
Presidente

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Membro

Prof. MSc. Renato Francisco Lebarbenchon
Membro

A Deus, que mesmo nos momentos de fraqueza e cansaço me proveu das forças e ânimo necessárias para continuar até o fim e alcançar meu sonho.

“O progresso humano não é automático nem inevitável. Somos atualmente confrontados com o fato de o amanhã ser hoje, e colocados perante a urgência cruel do agora. Neste enigma da vida e da história é possível ser demasiado tarde... Podemos gritar desesperadamente para que o tempo pare, mas o tempo ensurdece a cada súplica e continua a passar rapidamente. Sobre as ossadas descoradas e a mistura de restos de numerosas civilizações está escrita uma expressão patética: Demasiado tarde.”

Martin Luther King Jr.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas essas pessoas que colaboraram direta e indiretamente para a elaboração deste trabalho.

Primeiramente agradeço a minha família, em especial aos meus pais e meus irmãos Carlos e Lorena, que no decorrer deste longo caminho me acompanharam, acreditaram e me deram ânimo quando achava que não poderia alcançar o meu objetivo.

Agradeço também a minha namorada Verônica que me deu colo nas horas difíceis para que eu possa me sobrepor e continuar e me fazer lembrar sempre do meu objetivo.

A todos meus amigos e pessoas que me acompanharam no decorrer deste curso, que em certos momentos discutíamos e ao mesmo tempo dávamos força uns aos outros, seja em sala de aula ou mesmo nos barzinhos ao redor da faculdade.

Quero agradecer de forma muito especial ao Professor Ricardo de Oliveira, por acreditar neste trabalho e permitir a conclusão deste curso de forma almejada.

Por último, aos demais professores do curso de Ciências Econômicas, que contribuíram para minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho procura analisar o desenvolvimento sócio-econômico do Paraguai no período que compreende 1970-2005. O foco de análise será a qualidade do desenvolvimento. Este estudo foi baseado em duas teorias; A Qualidade do Crescimento e o Desenvolvimento e Redução da Pobreza. Além destas, indicadores sócio-econômicos foram utilizados de base para o presente trabalho. Tais indicadores foram extraídos principalmente da Direção Geral de Estatística Pesquisa e Censo (DGEEC, sigla em espanhol), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Estes dados permitiram analisar a evolução do desenvolvimento do Paraguai, assim como o comportamento do crescimento populacional, da PEA (População Economicamente Ativa), do PIB *per capita*, o papel de cada setor econômico no país, a situação do desemprego, a concentração de renda medida pelo índice de Gini, e os indicadores de desenvolvimento: saúde, educação, condições de moradia, pobreza, e por conseqüência, o resultado do desenvolvimento humano medido pelo IDH. Também se apresenta a caracterização do território do país, a forma em que esta é subdividida e a organização geopolítica de forma a conhecer as características da identidade sócio-cultural do território analisado. Finalmente, na conclusão, procura-se destacar os principais fatores responsáveis pelo estado em que se encontra o desenvolvimento nos indicadores citados anteriormente e apontar três pontos possíveis de estratégia para chegar ao caminho da reativação da economia e conseqüentemente tentar melhorar os indicadores de desenvolvimento, tanto econômicos como de sustentabilidade, para atingir o bem-estar da população.

Palavras-chave: Desenvolvimento social, qualidade do crescimento, Paraguai, sustentabilidade.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the social economic development of Paraguay during the period of 1970 to 2005. The focus will be to examine the quality of development. The present paper was based in two theories: The Growth and Development Quality and Poverty Reduction. In addition, social economic indicators were used as base for this work. These indicators were extract from the General Direction of Statistics and Census Search, the Economic Commission for Latin America and the Caribbean and the United Nations Program for Development. These data allowed to analyze the evolution of development of Paraguay and the behavior of population growth of the PEA (economically active population), PIB *per capita*, the role of each economic sector in the country, the unemployment situation, the income concentration measured by the Gini index, and development indicators such as: health, education, living conditions, poverty, and consequently, the result of human development measured by the IDH. It also presents the characterization of the country, the way that it is subdivided and the geopolitical organization in order to make known the features of the social cultural identity of the territory analyzed. Finally, as conclusion seek to highlight the main factors responsible for the state in which the development indicators were previously mentioned and appoint three possible strategy to reach the way of reactivation of the economy and consequently to improve the indicators of both economic development as sustainability, to achieve the welfare of the population.

Key words: Social development, growth quality, Paraguay, sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Curva de Lorenz.....	35
Figura 2: Linha evolutiva da população 1961-2003.....	46
Figura 3: Evolução da População total, urbana e rural 1950-2002	49
Figura 4: Evolução da população economicamente ativa (PEA) de 12 anos	50
e mais. Período 1950 – 2002.	50
Figura 5: Indicador da Distribuição da Renda do Paraguai 1990 – 2005.....	55
Figura 6: Curva de Lorenz. Distribuição do ingresso período 2000-2001.	57
Figura 7: Estrutura setorial do emprego (População de 12 e mais anos),	61
1982-2001	61
Figura 8: PEA por nível de Instrução 1997-2000.....	62
Figura 9: Taxa de atividade por nível educativo e sexo	63
Figura 10: Ensino fundamental e Ensino Médio,	63
percentagem de repetentes por nível/ciclo.....	63
Figura 11: Índice de repetência ciclo 1º e 2º.....	64
Figura 12: Evolução da taxa de analfabetismo. 1999-2007.....	65
Figura 13: Tendência da População em Estado de Pobreza. 1997-2007.....	69
Figura 14: Tendência do IDH 1975-2005.....	71
Figura 15: Tendência da população por grupo de idades, 1950-2050.....	77
Figura 16: Comparação evolutiva PIB <i>per capita</i> entre	86
Paraguai e Chile 1980-2005	86
Figura 17: Taxa de crescimento da População e do PIB (%) 1983-1998.....	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: República do Paraguai.....	40
Mapa 2: Distribuição da densidade populacional.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dez maiores produtos de Exportação	42
Quadro 2: Dez maiores itens de importação.....	43
Quadro 3: PEA, Desemprego e Sub-Ocupação da mão-de-obra 1997-2000 (média).....	58
Quadro 4: Taxa de crescimento anual (%) da PEA, segundo o setor e	60
períodos de censo.	60
Quadro 5: Indicadores de saúde do Paraguai 1972-2002	65
Quadro 6: Lares com Uma e Mais Necessidades Básicas Insatisfeitas por.....	67
Departamento – NBI (%).....	67
Quadro 7: Extensão da Pobreza no Paraguai nos anos 90 (% de Famílias)	68
Quadro 8: Indicadores de Moradia do Paraguai 1990-2005.....	70
Quadro 9: PARAGUAI IDH 2000/2001 por departamentos	72
(de maior a menor desenvolvimento)	72
Quadro 10: Posição Índice de Qualidade Institucional 2008, Continente americano e	74
América Latina.	74
Quadro 11: Evolução dos indicadores de Saúde	80
1972-2002 – (%).....	80
Quadro 12: Evolução da Composição do IDH do Paraguai	81
1990-95 e 2000-05 – (%).....	81
Quadro 13: Comparação dos indicadores de Pobreza	82
1997-2007 – (%).....	82
Quadro 14: Evolução dos indicadores de Pobreza	82
1997-2007 – (%).....	82
Quadro 15: Comparação dos indicadores de Moradia do Paraguai.....	83
1995-2005 – (%).....	83
Quadro 16: Variação dos indicadores de Moradia do	84
Paraguai 1995-2005 – (%).....	84
Quadro 17: Comparação do Indicador da Distribuição de	85
Renda entre períodos 1990-2005.....	85
Quadro 18: Evolução do Indicador da Distribuição	85
de Renda entre períodos 1990-2005 (%)	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição percentil da população por idade (2002).....	45
Tabela 2: Taxa de crescimento anual da população total, por grupos de idade.	47
Tabela 3: Evolução da população, por área urbana-rural. Período 1950-2002	48
Tabela 4: Variação do PIB <i>per capita</i> , a preços constantes de	52
mercado (1982-2005).	52
Tabela 5: Composição setorial do PIB (%) 1954-1995	53
Tabela 6: Posição do Paraguai e dos demais países em cada indicador.	75

SUMÁRIO

CAPITULO 1 – PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.1 INTRODUÇÃO	15
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Geral	17
1.2.2 Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA	17
1.4 METODOLOGIA	18
CAPITULO 2 – ASPECTOS CONCEITUAIS	19
2.1 DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO	19
2.1.1 Crescimento e Desenvolvimento	20
2.1.2 Educação e Pobreza	21
2.1.3 Saúde	22
2.1.4 Desenvolvimento e Mudança Estrutural	22
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	23
2.3 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	24
2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	25
2.4.1 Longevidade	25
2.4.2 Educação	26
2.4.3 Renda	27
2.5 ÍNDICE DE QUALIDADE INSTITUCIONAL (IQI)	28
2.6 CRESCIMENTO COM QUALIDADE	29
2.6.1 Indicadores e sua influência para a análise do Desenvolvimento	32
CAPITULO 3 – ANÁLISE DA QUALIDADE DO DESENVOLVIMENTO DO PARAGUAI	38
3.1 Caracterização Geopolítica e Econômica	39
3.2 Aspectos Estruturais da População	44
3.2.1 Distribuição da População Urbana, Rural e Total	44
3.2.2 População Economicamente Ativa (PEA)	49
3.3 ASPECTOS ESTRUTURAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50
3.3.1 Nível da Atividade Econômica	50
3.3.2 Distribuição Setorial da Renda	54

3.4 ASPECTOS ESTRUTURAIS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	57
3.4.1 Força de Trabalho	57
3.4.2 Educação (Educação versus Trabalho produtivo)	61
3.4.3 Saúde	65
3.4.4 Pobreza	66
3.5 ASPECTOS ESTRUTURAIS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	69
3.5.1 Condições de Moradia	69
3.6 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	70
3.7 ÍNDICE DE QUALIDADE INSTITUCIONAL (IQI)	72
4.1 Trabalho	77
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE COMPARATIVA PERIÓDICA DO DESENVOLVIMENTO	
SÓCIO-ECONÔMICO DO PARAGUAI	76
4.2 Educação versus trabalho	79
4.3 Saúde	80
4.4 IDH	81
4.5 Pobreza	81
4.6 Moradia	83
4.7 Distribuição de Renda	84
4.8 Produto Interno Bruto	85
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES	88
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXOS	95

CAPITULO 1 – PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico e social de um país se desenvolve num contexto complexo incluindo diversas variáveis para se determinar o grau de evolução sócio-econômico atingido. Em 1960 definia-se que para se alcançar o desenvolvimento de uma sociedade e de uma economia bastava realizar o crescimento econômico ou aumento da riqueza, em outras palavras restava o crescimento do PIB, mas esta teoria foi mudando com o decorrer dos anos e constatou-se que o aumento do PIB não diminuía o nível de pobreza da sociedade carente.

Tratar de desenvolvimento hoje é tratar não somente do aumento do crescimento agregado, mas de procurar o crescimento com bem estar social, a qualidade do meio ambiente, a redução da pobreza, acesso a uma educação melhor e de maior equidade e por fim ao desenvolvimento sustentável. Variáveis estas antes esquecidas pela busca da industrialização, pela tentativa de integração na economia global, entre outras que deixaram de lado e neste momento se fazem presente na problemática dos países em desenvolvimento.

A pobreza apresenta-se como um grande desafio ao processo de desenvolvimento, sendo seu entendimento peça-chave para que se possa entendê-lo. Como foi descrito acima, não basta o crescimento agregado, agora é de suma importância avaliar os níveis de educação, de saúde e de nutrição, as liberdades sociais, as políticas adotadas, os níveis de desemprego, ou seja, os níveis de bem estar em que a sociedade vive, além da forma em que é oferecido à mesma, a fim de avaliar a sustentabilidade do crescimento. Sendo isso considerado como qualidade de crescimento.

Com base no Relatório do Banco Mundial “Desenvolvimento e Redução da Pobreza, Reflexão e Perspectiva” de Outubro de 2004, os indicadores que hoje medem e refletem o progresso são: o desenvolvimento humano, que compreende a pobreza, o analfabetismo, a mortalidade infantil, a expectativa de vida, o nível de renda, a desigualdade de renda, o crescimento da renda que compreende o PIB *per capita*, a sustentabilidade ambiental que compreende a emissão de dióxido de carbono, o desmatamento e a poluição da água (BANCO MUNDIAL, 2004).

Partindo dessa ótica o presente trabalho focará seu estudo na análise da qualidade do desenvolvimento socioeconômico do Paraguai, um país mediterrâneo, limitando suas

fronteiras com o Brasil, Argentina e a Bolívia. A economia é fundamentalmente agropecuária, sendo que responsável por quase 40% da produção e do emprego; e quase a totalidade das exportações registradas, segundo estatísticas oficiais do Banco Mundial.

Paraguai possui aproximadamente 6.000.000 milhões de habitantes tendo uma economia com um PIB *per capita* de U\$ 4.684 (UNPD, 2005)¹ que se encontra quase estagnado nos últimos 20 anos, mas o aumento do PIB voltou a ser de 3,8 % em média entre 2004 e 2006, o que ajudou a uma leve melhora. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação ao mundo foi de 0,755 em 2005, posicionando-se Paraguai em 92º entre 177 países segundo a *Human Development Report*².

A partir do que foi apresentado, tenta-se mapear e sinalizar as fraquezas e os desafios a partir de indicadores como PIB *per capita*, índice de desenvolvimento humano, desigualdade de renda, informações da educação e saúde, além de fatores políticos que fizeram parte do entrave à estagnação de períodos do desenvolvimento do Paraguai, ao longo do período 1.970 e 2.005. Procura-se também indicar possíveis alternativas para a busca do desenvolvimento com qualidade.

¹ Cálculo baseado numa regressão feita pelo Banco Mundial

² Disponível em <http://www.undp.org.py/dh/?page=que-dh>.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Analisar o desenvolvimento socioeconômico do Paraguai ao longo do período de 1.970 a 2.005 explorando os indicadores econômicos e sociais.

1.2.2 Específicos

- Identificar os entraves da economia paraguaia que levaram à estagnação;
- Realizar um comparativo entre períodos quinquenais, para assim determinar o grau de evolução econômica entre períodos de governo;
- Analisar o comportamento dos diferentes indicadores econômicos que mensura o desenvolvimento socioeconômico, enfatizando os aspectos qualitativos do desenvolvimento.
- Estabelecer uma análise do panorama atual do Paraguai.

1.3 JUSTIFICATIVA

Determinar e analisar o grau da qualidade do desenvolvimento da economia em que a sociedade paraguaia vive é ponto essencial desta pesquisa. Desde a época do governo ditatorial se fala de crescimento econômico, mas não se fala da forma e da qualidade desse crescimento, do nível de vida da sociedade. A partir disso, destaca-se a importância de se estudar o período que compreende a ditadura e o fim do regime para começar a estudar o período de transição à democracia e analisar o desenvolvimento sócio-econômico atingido.

1.4 METODOLOGIA

Em relação à metodologia do trabalho, esta teve como procedimento a coleta de dados e a pesquisa documental a partir de trabalhos já elaborados entre os anos 1970 e 2005.

A pesquisa analisou os diferentes indicadores que mensuram a evolução da economia, assim como as novas formas para determinar a qualidade do crescimento tais como: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), PIB *per capita*, níveis de desemprego, qualidade do meio ambiente, através de índices de dióxido de carbono, coeficiente de Gini, propostas pelo Banco Mundial e o Índice de Qualidade Institucional (IQI), proposto pelo *International Policy Network*.

Os materiais bibliográficos foram pesquisados em *sites* da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Ministério da Fazenda do Paraguai, Fundo Monetário Internacional (FMI), *Human Development Report* (HDP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas (ONU), Direção Geral de Estatísticas e Censos do Paraguai (DGEEC), para suas siglas em espanhol e nos documentos do Banco Mundial, entre outras organizações relacionadas a esta pesquisa.

Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica de diferentes autores que tratam de questões relacionadas às teorias e ao objetivo deste trabalho tais como Nali de Souza, Paulo Sandroni, Vinod Thomas, além de trabalhos elaborados pela CEPAL entre outros.

Utilizou-se também, na construção da estrutura deste trabalho os conceitos de análise elaborado pelo Instituto de Planejamento do Estado de Ceará – INPLANCE, a qual foi elaborada para um estudo de cunho conceitual-metodológico sobre planejamento regional, mas reúne características para ser aplicado ao objetivo deste estudo.

CAPITULO 2 – ASPECTOS CONCEITUAIS

Os aspectos conceituais partiram de uma apresentação concisa e objetiva, tanto do surgimento do conceito de desenvolvimento socioeconômico, assim como as contradições entre as ideologias intelectuais sobre o assunto tratado neste trabalho. Logo serão abordadas algumas variáveis relevantes do desenvolvimento, tais como: a educação e a pobreza - pontos que possuem uma inter-relação - a saúde e o desenvolvimento como mudança estrutural.

A abordagem do desenvolvimento como mudança estrutural de uma nação, tem bastante relevância. Ao compreendê-la, é possível identificar as duas correntes surgidas na década de 1980, a corrente do Desenvolvimento Sustentável e do Desenvolvimento Endógeno, os chamados *economistas do desenvolvimento*.

Os índices que se tratam neste capítulo são: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), destaca-se como um indicador de maior importância para estudar o desenvolvimento, e o Índice de Qualidade Institucional (IQI), que analisa os “marcos institucionais” do país e podemos dizer que um é melhor que outro, quando permite uma maior coordenação das ações dos indivíduos permitindo aceder a um maior número de oportunidades, ou seja, a um nível de igualdade de oportunidades.

Ao distinguir o conceito de desenvolvimento e crescimento econômico, chega-se à idéia de que, um crescimento com qualidade possibilita alcançar o desenvolvimento sócio-econômico e sustentável, que será apresentado pela abordagem da *Qualidade do Crescimento* de Vinod *et al.*, (2000).

2.1 DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

O conceito de desenvolvimento se apresenta para os responsáveis que se preocupavam com as finanças públicas, a partir do século XX, com o objetivo de buscar o aumento do potencial de crescimento do país e até do seu potencial militar em algumas nações, desde então vem tomando maior importância intelectual, desde meados da década de 1950 e 1960, onde o conceito de desenvolvimento estava limitado tão somente ao crescimento agregado. Não era assunto de muito cuidado as preocupações com a qualidade de vida do povo, os níveis de serviço de saneamento ambiental, sejam estes, o acesso a redes de esgoto, a água potável ou até qualidade do ar.

Existem diversas definições sobre desenvolvimento, assim como correntes que contextualizam o conceito de maneira diferente, entre elas se enquadram num primeiro grupo, os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais Keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. Num segundo grupo, os economistas como Lewis (1969), Myrdal (1968) e Nurske (1957).

O desenvolvimento econômico segundo Sandroni (2002) partiu da constatação de uma profunda desigualdade, de um lado, os países que lograram a sua industrialização atingindo níveis elevados do que ele chama de *bem-estar material* sendo compartilhada pela maioria da população, e, de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permanecem em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais. Ainda em Sandroni “*Desenvolvimento é o crescimento econômico (aumento do Produto Nacional per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia*” (2002, p. 169).

Portanto, somente a evolução quantitativa do PIB per capita não é suficiente para se ter uma noção correta da diferença de desenvolvimento entre países. É necessário além do indicador de crescimento, de indicadores que resultam em melhorias sociais e econômicas, tais como: mortalidade infantil, expectativa de vida, grau de alfabetização, liberdades institucionais, igualdade de oportunidades, grau de instrução, condições sanitárias e melhor qualidade do meio ambiente.

2.1.1 Crescimento e Desenvolvimento

Há duas correntes do desenvolvimento, a primeira, é mais teórica e considera o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, como os de Meade e Solow; enquanto a segunda, esta voltada para a análise empírica, entendendo que o crescimento é condição para se chegar ao desenvolvimento não sendo esta suficiente para atingi-lo.

Os economistas da primeira corrente limitam-se à idéia de que o “*crescimento econômico, distribuído diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico*” (SOUZA, 2005 p.5). Sabe-se que perante as experiências dessa idéia, que basta distribuir a riqueza para os detentores dos meios de produção que estes farão a re-alocação da riqueza, não é suficiente.

O desenvolvimento não é assim sinônimo de crescimento, este último é condição, mas não todos os agentes de uma nação possuem as mesmas igualdades. Junto ao crescimento

encontram-se salários baixos, impedindo uma melhoria no seu consumo ou mesmo de poderem adquirir as necessidades básicas, como vestir, alimentar e se educar; pode se encontrar transferência de renda para outros países, podendo reduzir a capacidade de importar e de realizar investimentos; e de certa parcela da população que se apropriam desses excedentes gerando concentração de renda.

Na segunda corrente ideológica, encontra-se um diferencial já na conceituação de crescimento, pois esta passa a ser meramente a variação do índice do PIB e do desenvolvimento, envolvendo variáveis que analisam a qualidade desse crescimento: quais setores foram desenvolvidos, quais setores da economia passaram para um patamar de melhor desempenho atingindo sensibilidade de bem-estar, juntamente com a melhoria no nível de vida das pessoas.

É na segunda corrente, que a nova idéia de desenvolvimento e com o diferencial de conceituação de crescimento que o presente trabalho será desenvolvido.

2.1.2 Educação e Pobreza

Os recursos naturais que um país possua não são as fontes mais significantes para garantir o bem-estar da população, mas sim, seus recursos humanos e a formação deles. Quanto maior o grau de instrução da população, melhores práticas estes desenvolvem, com mais responsabilidade atuam perante as necessidades, melhores praticas sanitárias e melhores alimentos estes decidirão consumir. A educação é uma das chaves do desenvolvimento.

A pobreza condiciona a educação inicial das crianças, impactando no seu decorrer de permanencia na escola. É como se fosse um circulo vicioso, no qual, a falta de educação gera pobreza e a pobreza gera a falta de educação.

Pessoas pobres são aquelas que não conseguem renda suficiente para o atendimento de suas necessidades básicas, como moradia, alimentação, vestuário, educação, saúde e lazer (SOUZA, 1995 p.9).

Para que se possa ter êxito significativo das crianças na escola, é necessário que haja condições mínimas de saúde, nutrição e materiais educacionais suficientes. Além disso, é necessário vontade por parte do setor político assim como políticas de Estado. Ambas extremamente importantes para o desenvolvimento deste segmento, para se chegar a uma transformação qualitativa e não meramente quantitativa. Sabe-se que uma pessoa mal nutrida na infância dificilmente poderá apresentar condições básicas ao crescer e logo poder ser inserida no mercado de trabalho, portanto, é de suma importância a boa nutrição das crianças

para que estas possam ter um rendimento aceitável como aluno, logo como trabalhadores úteis à economia de um país, além dos custos sociais que acarretaria um indivíduo não saudável.

2.1.3 Saúde

A busca das causas das reduções ou melhoras na expectativa de vida das pessoas, ou seja, a esperança de vida ao nascer, vem sendo umas das preocupações mais frequentes daqueles que estudam os relacionamentos entre fenômenos biológicos e fenômenos sociais (GESSER, 2005 p.19).

Nessa ponderação busca-se analisar alguns índices sociais, tais como: índice de mortalidade infantil (onde será considerado o numero de crianças que morrem antes de atingir um ano de idade em relação aos nascimentos no ano – sempre o numero de mortos por mil nascidos); e a expectativa de vida ao nascer (ou esperança de vida) de homens e mulheres.

Logo, é necessário que se alcance uma igualdade de alocação dos recursos visando maior equidade no setor saúde. Tomando em consideração a estrutura da população nas condições de saúde e investindo nos serviços sociais. Os aspectos de saúde estão vinculados à pratica social, onde as variáveis citadas anteriormente se encontram para determinar o estado de equidade da distribuição dos recursos na população.

2.1.4 Desenvolvimento e Mudança Estrutural

Na corrente estruturalista encontram-se os economistas da segunda corrente. Eles expõem que para chegar ao desenvolvimento econômico se precisa de uma mudança das estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais; com melhoras na produtividade e da renda media da população. O valor diferencial na teoria dos estruturalistas seria a inclusão em destaque nas interdependências entre os setores produtivos e a necessidade de aperfeiçoar tais estruturas, assim como eliminar os gargalos do desenvolvimento.

Para compreender com mais clareza os aspectos estruturais do desenvolvimento deve-se considerar um conjunto de aspectos:

Deve-se considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura econômica, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção dos empregos, assim como da estrutura do

comercio exterior e dos movimentos e capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno.

(CHENERY, 1981, p.IX)

Nali de Souza complementa com a idéia de que o crescimento econômico contínuo, em forma superior ao crescimento demográfico, em conjunto com mudanças estruturais e melhoria nos indicadores econômicos num longo prazo se chegaria a um nível de bem-estar da população.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um conceito mais amplo de desenvolvimento é o desenvolvimento sustentável que se definiu na década de 1980, passando a se tornar como um novo paradigma em 1986, envolvendo como princípios elementares básicos:

- A integração entre a conservação da natureza com o desenvolvimento;
- Satisfação das necessidades humanas fundamentais;
- Perseguir a equidade e justiça social;
- Busca da autodeterminação social e da diversidade cultural e;
- Manter a integridade ecológica.

Segundo Souza (2005), uma definição completa de desenvolvimento envolve, além da melhoria dos indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação do meio ambiente. Com o tempo, o crescimento econômico tende a esgotar os recursos produtivos escassos, através de sua utilização indiscriminada. A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, é o que preserva o meio ambiente, sobretudo os recursos naturais não renováveis.

Conta-se que Mahatma Gandhi, ao ser perguntado se, depois da independência, a Índia perseguiria o estilo de vida britânico, teria respondido: *"...a Grã-Bretanha precisou de metade dos recursos do planeta para alcançar sua prosperidade; quantos planetas não seriam necessários para que um país como a Índia alcançasse o mesmo patamar?"*

A sabedoria de Gandhi indicava que os modelos de desenvolvimento precisam mudar.

Os estilos de vida das nações ricas e a economia mundial devem ser reestruturados para levar em consideração o meio ambiente³.

2.3 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

O desenvolvimento endógeno propõe-se atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local, objetiva o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos nos seus diferentes setores, sejam estes agrícolas, industriais e de serviços, também busca atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. Isto leva aos diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e as capacidades de cada economia e sociedades locais. (BARQUERO, 2001 p.39)

Esse desenvolvimento tem como objetivo principal alcançar um desenvolvimento sustentável e duradouro, e possui como principais ações: a melhoria da infra-estrutura, suprimentos das carências e melhoria da aprendizagem, conhecimento e informação, fortalecimento da capacidade organizacional do território e uso adequado dos recursos não renováveis.

Por fim, o desenvolvimento endógeno é, uma estratégia para a ação. Quando conseguem fortalecer sua capacidade organizacional, têm condições de evitar que empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de atuação. É a capacidade de liderar o próprio processo, aliada à mobilização de seu potencial, que torna possível falar de desenvolvimento endógeno. Pode ser visto também como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população.

³ Disponível em

http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm

2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida sinóptica do desenvolvimento humano. Este indicador vem sendo uma variável de grande importância, porque mede o progresso médio de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento.

Divulgado pela primeira vez em 1990 no *Human Development Report* das Nações Unidas, esse índice, vem superando as limitações do indicador do produto interno bruto *per capita*, já que este é um indicador incompleto, pois, pouco pode mostrar a produtividade média e o bem estar de uma sociedade. Por outro lado, o IDH expressa uma idéia de desenvolvimento como um processo de ampliação do campo de escolhas do indivíduo, por meio de acesso a recursos, medido pela renda monetária. O mesmo é aplicado à saúde e à educação. Uma população mais educada tem acesso ao patrimônio cultural da humanidade, ao mesmo tempo, a saúde e a longevidade podem ampliar a capacidade do ser humano de atuação e fruição da vida. (FONSECA, 1994).

O IDH é um índice numérico que relaciona três indicadores dentro das categorias: educação (o grau de escolaridade e alfabetização da população), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*).

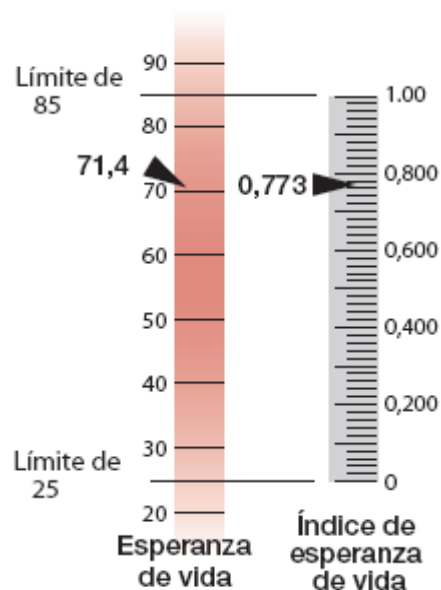
Antes de se calcular o IDH é necessário criar um índice para cada uma dos indicadores citados no parágrafo anterior (os índices de esperança de vida, educação e PIB), para o qual se escolhem valores mínimos e máximos (valores limite) para cada um dos três indicadores.

2.4.1 Longevidade

Uma vida longa e saudável é medida a traves da esperança de vida ao nascer.

O índice de esperança de vida mede os logros relativos de um país em quanto à esperança de vida ao nascer. Por exemplo, para o país X, cuja esperança de vida é de 71,4 anos para o ano 2005, o índice de esperança de vida é de 0,773

$$\text{*Índice de esperança de vida} = \frac{71,4 - 25}{85 - 25} = 0,773$$



Fonte: PNUD

2.4.2 Educação

Para medir o acesso à educação em grandes sociedades, como um país, a taxa de matrícula nos diversos níveis do sistema educacional é um indicador suficientemente preciso. O Ministério da Educação do Paraguai dispõe como ferramentas de análise os seguintes dados: grau de matrícula nos níveis escolares assim como os níveis de aprovação e repetência, ferramentas úteis para o objetivo do trabalho.

O índice de educação mede o progresso relativo de um país em matéria de alfabetização de adultos e matrícula bruta combinada em educação primária, secundária e terciária. Em primeiro lugar, se calcula o índice de alfabetização de adultos e o índice da taxa bruta combinada de matrícula. Logo, se combinam ambos os índices para criar o índice de educação, neste se estabelece uma ponderação de duas terças partes à alfabetização de adultos e de uma terceira parte à taxa bruta combinada de matrícula. Seguindo o exemplo do índice anterior, para um País X, cuja taxa de alfabetização de adultos em 2005 foi de 87,4% e a taxa bruta combinada foi de 68,7% no mesmo ano, o índice de educação é de 0,812.

*Índice de alfabetização de adultos

$$\frac{87,4 - 0}{100 - 0} = \mathbf{0,874}$$

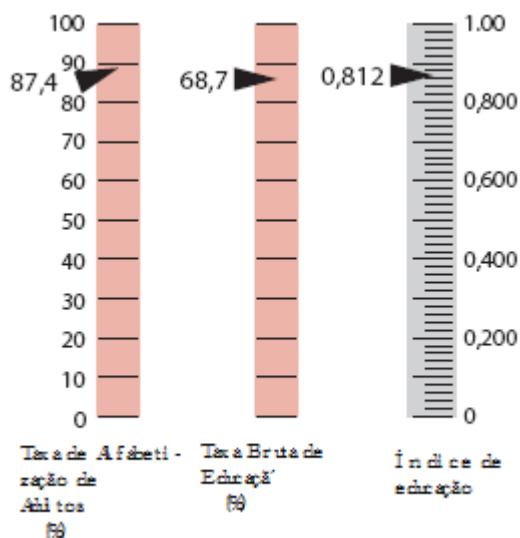
*Índice bruto de matrícula

$$\frac{68,7 - 0}{100 - 0} = \mathbf{0,687}$$

*Índice de educação

= 2/3 (índice de alfabetização de adultos) + 1/3 (índice de matrícula bruta)

$$= 2/3 (0,874) + 1/3 (0,687) = \mathbf{0,812}$$



Fonte: PNUD.

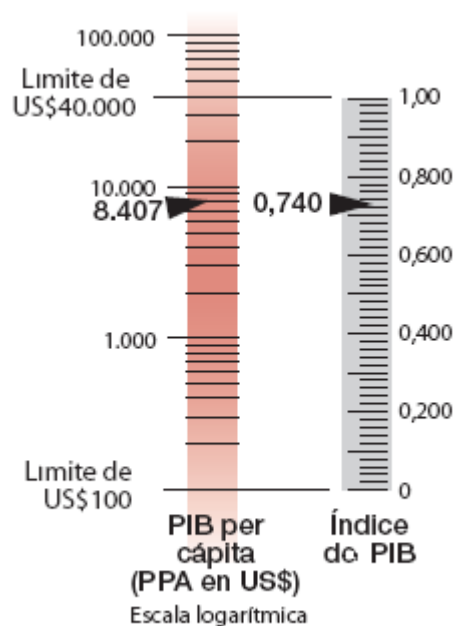
2.4.3 Renda

Desfrutar de um nível de vida digno, medido a través do PIB *per capita* em termos de paridade de poder de compra (PPC), que elimina as diferenças de custo de vida entre os países, PPC em dólares americanos (US\$).

O valor do IDH de um país pode variar de zero (0), quando não há nenhum desenvolvimento humano, a um (1), quando o desenvolvimento humano é total. Sendo que, as localidades com IDH até 0,499 são consideradas de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são consideradas de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são consideradas de desenvolvimento humano alto (PNUD).

No IDH, os ingressos atuam como substitutos de todos os demais componentes do desenvolvimento humano que não dão o reflexo de uma vida longa e saudável nem a educação adquirida. Os ingressos se ajustam já que conseguir um nível de vida respeitável do desenvolvimento humano não precisa de ingressos ilimitados. Para isso, se utiliza o logaritmo dos ingressos. Para o mesmo exemplo o País X, cujo PIB *per capita* foi de \$8.407 (PPC em US\$) em 2005, o índice do PIB é de 0,740.

$$*\text{Índice do PIB} = \frac{\log(8.407) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,740$$



Fonte: PNUD.

2.5 ÍNDICE DE QUALIDADE INSTITUCIONAL (IQI)

O *Centro Paraguayo para la Promoción de la Libertad Económica y de la Justicia Social* (CEPPRO) publica o Índice de Qualidade Institucional, criado pelo Dr. Martín Krause da Escola Superior de Economia e Administração de Empresas (ESEADE) em Buenos Aires, compara seus resultados com o Índice de Desenvolvimento Humano publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Martín Krause assinala que: *“Aqueles países que conseguiram desenvolver um conjunto de instituições sólidas brindam a seus habitantes mais e melhores oportunidades, para procurar atingir os fins e objetivos que queiram perseguir”*. Isto é o que significa contar com um maior "desenvolvimento humano". Não é somente uma vida mais longa e saudável, adquirir conhecimentos e contar com os recursos necessários. Alguns países podem ter atingido uma boa esperança de vida ao nascer ou um determinado acesso a conhecimentos, mas uma vida dirigida por outros, restringida por controles e mandatos e uma educação cegada são mais bem "restrições" que lucros de uma vida completa. O indivíduo tem que ter mais opções para viver sua vida como ache que merece ser vivida, para obter o conhecimento que estime importante e, seguramente, esta capacidade de decidir permitir-lhe-á finalmente contar com os recursos necessários.

Cabe afirmar que uma das grandes tragédias do século XX foi tais como a corrupção e a inaptidão do setor público produziram escassez no meio de uma grande abundância de riqueza natural em América Latina. Muitos estudos publicam-se a cada ano dizendo como gerar maior crescimento econômico. Este novo índice brinda uma visão muito útil de como transformar os países nesses casos de estudo dos que tudo mundo fala.

Por fim, este índice mostra as mudanças de um ano para outro. IQI é um índice composto que se obtém agregando as posições percentuais pelos países em oito indicadores distintos, quatro deles relacionados com as liberdades políticas e outros quatro com as econômicas.

Os primeiros são:

- Índice do Estado de Direito (*Rule of Law*), Banco Mundial
- Índice de Voz e Rendição de Contas, Banco Mundial
- Índice de Percepção da Corrupção, Transparência Nacional
- Índice de Liberdade de Prensa, Freedom House

Os segundos:

- Fazendo Negócios, Banco Mundial
- Competitividade Global, Foro Econômico Mundial
- Liberdade Econômica no Mundo, Fraser *Institute*
- Índice de Liberdade Econômica, *Wall Street Journal/Heritage Foundation*.

2.6 CRESCIMENTO COM QUALIDADE

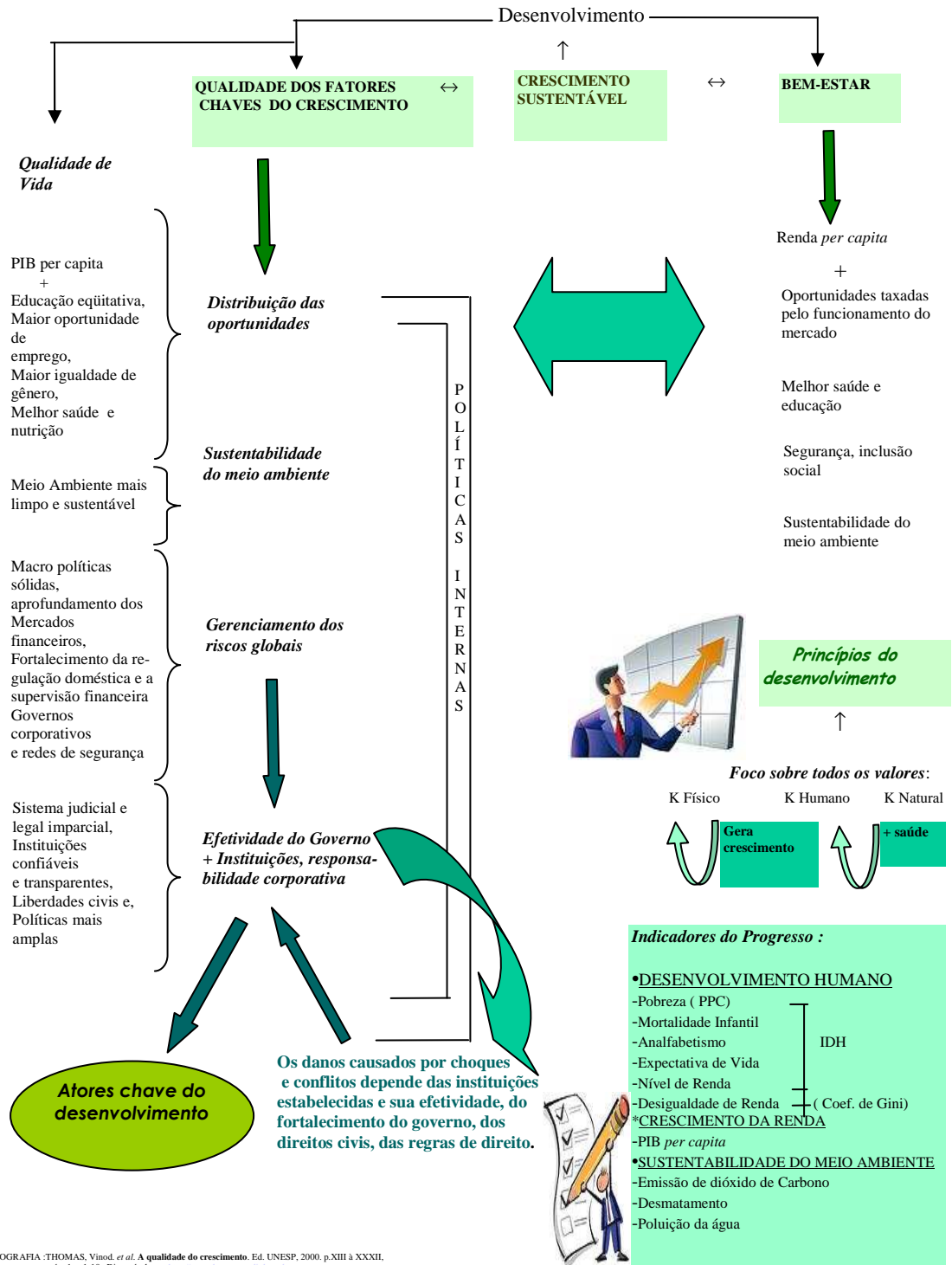
Hoje, uma criança de um país desenvolvido pode esperar viver mais, ter melhor saúde, educação e até mesmo ser mais produtiva que alguns anos atrás. A expectativa de vida aumentou muito nas últimas décadas. O avanço da tecnologia revolucionou a comunicação e a informação que, por sua vez, possibilitou às pessoas terem maior conhecimento do mundo inteiro e, o fim da ditadura possibilitou mais liberdade e mais oportunidades para as pessoas.

Porém, a realidade ainda mostra grandes deficiências em vários aspectos para atingir o desenvolvimento. A desigualdade social ainda é alarmante em muitos países em processo de desenvolvimento, há ainda muitas pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, não podendo satisfazer as suas necessidades básicas e até mesmo morrendo de fome. A perda da biodiversidade e a poluição do ar influenciam de maneira extrema na qualidade de vida e porém no crescimento. Um claro exemplo da atualidade é o caso precário da África e, não

indo muito longe, o do próprio país em estudo, Paraguai, que tem 35,6% da sua população vivendo na linha de pobreza e mais da metade dessa quantia na pobreza extrema.

Uma melhor qualidade requer salários mais justos aos pobres, entretanto, faz-se necessário, políticas econômicas e institucionais sólidas que contribuam para um crescimento sustentado. Ao atingir salários justos, são necessárias também, melhores e maiores oportunidades de educação, emprego, maior qualidade de saúde e nutrição, um meio ambiente mais sustentável, um sistema legal e judicial imparcial, maiores liberdades civis e políticas, instituições confiáveis e transparentes e, livre acesso a uma vida cultural rica e diversificada (THOMAS, 2000).

A Qualidade do Crescimento



2.6.1 Indicadores e sua influência para a análise do Desenvolvimento

Indicadores sócio-econômicos de desenvolvimento.

Proporção de pobres: Percentual da população residente com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado (OPAS, 2008)⁴.

Usos do indicador:

- A medida da proporção de pobres ajuda a dimensionar o contingente de pessoas em condições precárias de sobrevivência.
- Analisar variações geográficas e temporais da proporção de pobres, identificando situações que podem demandar avaliação mais aprofundada.
- Contribuir para a análise da situação socioeconômica da população, identificando estratos que requerem maior atenção de políticas públicas de saúde, educação e proteção social, entre outras.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda. (OPAS, 2008)

Método do cálculo:

$$\frac{\text{População residente com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo}}{\text{População total residente}} \times 100$$

Mortalidade infantil: Considera o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.⁵

Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 por mil ou mais), médias (20-49) e baixas (menos de 20) (PEREIRA, 1996, p.125). Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento

⁴ Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), 2002. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2003/matriz.pdf>>

⁵ OPAS, *op.cit.*

socioeconômico. As taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos.

Usos do indicador:

- Analisar variações geográficas e temporais da mortalidade infantil, identificando tendências e situações de desigualdade que possam demandar a realização de estudos especiais.
- Contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil.

Método de cálculo:

$\frac{\text{Número de óbitos de residentes com menos de um ano de idade}}{\text{Número de nascidos vivos de mães residentes}} \times 1000$

Analfabetismo: Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem, na população total residente da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este índice tem como objetivo medir o grau de analfabetismo da população adulta. Analisar variações geográficas e temporais do analfabetismo, identificando situações que podem demandar uma avaliação mais aprofundada. Através deste também poder dimensionar a situação de desenvolvimento socioeconômico de um grupo social em seu aspecto educacional⁶.

Usos do indicador:

- Contribuir para a análise das condições de vida e de saúde da população, utilizando esse indicador como proxy da condição social. A atenção à saúde das crianças é influenciada positivamente pela alfabetização da população adulta, sobretudo das mães.

⁶ OPAS, *op.cit.*

- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de saúde e de educação. Pessoas não alfabetizadas requerem formas especiais de abordagem nas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Número de pessoas residentes de 15 e mais anos de idade, que não sabem ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem}}{\text{População total residente desta faixa etária}} \times 100$$

Expectativa de vida: Número médio de anos de vida esperados para um recém nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado⁷.

O método de cálculo deste índice pode ser descrito da seguinte forma; a partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, toma-se o número correspondente a uma geração inicial de nascimentos (I0) e determina-se o tempo cumulativo vivido por esta mesma geração (T0) até a idade limite. A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T0 por I0 (OPAS, 2008).

Desigualdade de Renda: Para analisar estas questões de distribuição de renda na economia foram criados diversos índices estatísticos. Dentre os mais conhecidos encontra-se o *P90/P10* ou *10% mais ricos a 10% mais pobres*, que mede quanto o grupo formado pelos 10% mais ricos da população recebe em comparação ao grupo dos 10% mais pobres. Outro índice muito conhecido é o Coeficiente de Gini. Já em 1908 dizia Schumpeter: "*Ninguém dá importância ao pão pela quantidade de pão que existe num país ou no mundo, mas todos medem sua utilidade de acordo com a quantidade disponível para si, e isso, por sua vez, depende da quantidade total*"⁸.

O Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda, mas que pode ser utilizada para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística. Assim, pode-se medir o grau de concentração de posse da terra em uma região, da distribuição da população urbana de um

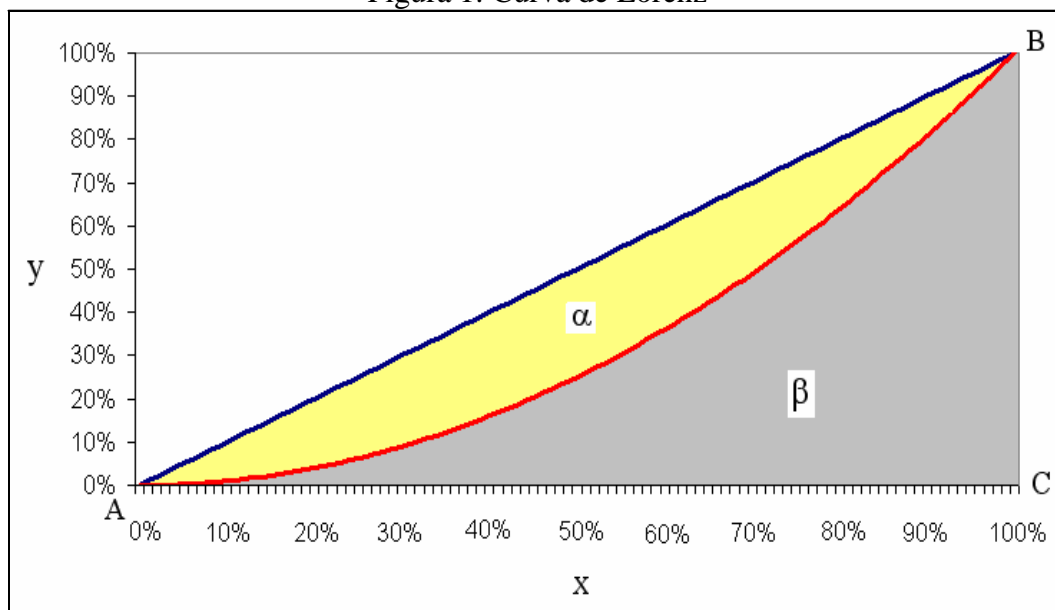
⁷ OPAS, *op.cit.*

⁸ SCHUMPETER, Joseph E. *On the Concept of Social Value*. in Quarterly Journal of Economics, volume 23, 1908-9. P. 213.

país pelas cidades, de uma indústria considerando o valor da produção ou o número de empregados de cada empresa, etc.

O índice de Gini é derivado através da Curva de Lorenz a qual se forma pela união dos pontos bidimensionais onde em um eixo (eixo y) temos a proporção acumulada da renda apropriada e no outro (eixo x) a proporção acumulada da população.

Figura 1: Curva de Lorenz



Fonte: IPECE.

Quando a distribuição é perfeita, a Curva de Lorenz assume a forma de uma reta de 45°. Nesse caso, a proporção da renda apropriada é sempre igual à proporção acumulada da população: 10% da população ganha 10% da renda, 20% da população ganha 20% da renda, etc.

Na medida em que a curva vai criando “uma barriga” a distribuição da renda vai piorando: uma proporção maior da população vai apropriando uma proporção menor da renda.

O Índice de Gini é um índice que mede essa evolução da desigualdade de renda. Geometricamente ele é definido pela área α dividida pela soma das áreas α e β :

$$G = \frac{\alpha}{\alpha + \beta}$$

Em um extremo, quando a desigualdade é zero e a distribuição de renda é perfeita, $\alpha = 0$. Então:

$$G = \frac{0}{0 + \beta} = 0$$

No outro extremo, quando a desigualdade é extrema e apenas um indivíduo acumula toda a renda, temos $\beta \approx 0$. Então:

$$G \approx \frac{\alpha}{\alpha + 0} = 1$$

Crescimento da renda: é considerado como o valor médio agregado por indivíduo, em moeda corrente e a preços de mercado, dos bens e serviços finais produzidos em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Indica a renda que os habitantes de um país podem dispor, em média, durante um período considerado (BASTOS, *et. al.* 2001).

Usos do indicador:

- Analisar os diferenciais geográficos e temporais da produção econômica, identificando desníveis na produção média da renda nacional.
- Contribuir para a análise da situação social, identificando espaços cujo desempenho econômico pode demandar mais atenção para investimentos na área social.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de interesse social.

Método de cálculo:

Valor do PIB em moeda corrente, a preços de mercado

População total residente

A análise do desempenho econômico de um país pela evolução dos agregados macroeconômicos, PIB, renda nacional, ou renda *per capita*, e respectivas taxas de crescimento, fornece uma indicação razoável do ritmo de crescimento econômico. Esses valores agregados, contudo, ignoram alguns aspectos extremamente relevantes da vida econômica. A utilização do PIB ou, de forma alternativa, da renda nacional como indicador de prosperidade significa que um país é considerado rico se a atividade econômica nele desenvolvida produz grande quantidade de mercadorias, ou gera um volume considerável de renda global.

É preciso lembrar, porém, que várias atividades não são computadas no PIB: os serviços executados pelas donas-de-casa e as atividades de produção para auto consumo em geral são ignorados. Nesse caso, o PIB subestima, em maior ou menor grau, conforme os hábitos da população, a quantidade de bens e serviços que a sociedade dispõe (BASTOS, *et. al.* 2001).

Saneamento ambiental:

Poluição da Água - Poluição é a contaminação da água com substâncias que interferem na saúde das pessoas e animais, na qualidade de vida e no funcionamento dos ecossistemas. Alguns tipos de poluição têm causas naturais (erupções vulcânicas, por exemplo), mas a maioria é causada pelas atividades humanas. À medida que a tecnologia foi se sofisticando, o risco de contaminação tornou-se maior⁹.

Portanto, a poluição da água em função dos fatores acima evidenciados, tem influência primordial sobre a saúde das pessoas, conseqüentemente sobre seu bem-estar e capacidade de trabalho, e finalmente sobre a qualidade de vida sob os aspectos econômicos e sociais do ser humano.

⁹ **Poluição da água.** Disponível em
<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=/agua/doce/index.html&conteudo=/agua/doce/artigos/poluicao_agua.html>.

CAPITULO 3 – ANÁLISE DA QUALIDADE DO DESENVOLVIMENTO DO PARAGUAI

Neste capítulo será exposta primeiramente uma breve exposição sobre a história do país, seu descobrimento e sua caracterização lingüística para logo tratar dos aspectos geográficos, político, econômico e social.

Depois da descoberta de América em 1492 a chegada dos espanhóis sucedeu-se de maneira constante sobre nosso continente. Uma das expedições fundamentais para o desenvolvimento da história paraguaia foi a que encabeçou Dom Pedro de Mendoza no rio da Prata. O 2º chefe da expedição, Juan de Ayolas, foi enviado por Mendoza para fazer um reconhecimento do lugar. Ayolas navegou para o sul e chegou a uma pequena baía no rio Paraguai à que batizou com o nome de Candelária. Esta foi uma das primeiras incursões às terras guaranis.

No día 15 de agosto de 1537 o espanhol Juan de Salazar e Espinosa fundou a cidade de Nossa Senhora Santa Maria da Assunção, cujo nome se deve a que no dia do desembarco se comemorava a “Assunção de Maria”. A partir de então e durante mais de um século, Assunção foi o centro civilizador do rio da Prata. Desde Assunção partiram varias expedições mais para fundar fortins que hoje são grandes cidades, tais como, Buenos Aires na Argentina e Santa Cruz na Bolívia, o qual lhe valeu o apelido de “Mãe de Cidades” que ainda enche de orgulho aos *asuncenos*¹⁰.

Contam que devido à superpopulação feminina que habitavam nas terras guaranis, os nativos ofereceram a suas irmãs, filhas e viúvas aos colonos espanhóis a modo de boas-vindas. No entanto muitos historiadores não aprovam esta teoria já que asseguram que os indígenas defenderam suas terras com unhas e dentes ante a ameaça dos espanhóis e não estavam dispostos a entregar suas terras tão facilmente. Tal fato deu origem a uma mistura de classes originando a classe mestiça¹¹, caracterizando assim a maior parte das facções da população paraguaia.

Paraguai tem dois idiomas oficiais, o guarani e o espanhol. Isto o converte no único país bilíngüe da América Latina. A palavra “guarani” significa combate e há várias teorias de sua origem. Estima-se que o 75% dos paraguaios fala espanhol e um 90% guarani. Sem

¹⁰ Nome que se dá a quem mora na cidade de Assunção.

¹¹ Mestiços são pessoas que são descendentes de duas ou mais etnias ou raças humanas diferentes, e possuem as características das "raças". Por exemplo, espanhois e indios. Disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesti%C3%A7o> >

dúvidas esta é uma das maiores riquezas do país. A religião oficial é a religião Católica praticada pela maioria da população, além de estar permitido o livre culto religioso.

3.1 Caracterização Geopolítica e Econômica

Paraguai é um país localizado no coração de América do Sul, dividido pelo Rio Paraguai em duas regiões, Oriental e Ocidental ou *Chaco*, ocupando uma superfície total de 406.752 Km² (quatro centos seis mil setecentos cinquenta e dois). É um país mediterrâneo, já que não possui costa marítima, mas regam sua costa dois rios importantes, o Paraguai e o Paraná que desembocam no rio da Prata e que são utilizados como vias de saída ao mar. Limita ao sul, sudeste e sudoeste com a Argentina, ao este com Brasil e ao noroeste com Bolívia. A bandeira paraguaia, vermelha, branca e azul, destaca-se por ter dois escudos diferentes, um no anverso e outro no reverso, pelo qual é única no mundo.

O Paraguai é governado pela constituição em vigor desde 20 de agosto de 1992, que estabelece a divisão dos poderes em Poder Executivo que é exercido pelo presidente e pelo vice-presidente, ambos eleitos por voto popular para governar durante cinco anos. O gabinete nomeado pelo presidente é composto de 10 ministérios, na qual os ministros auxiliam o presidente e o vice-presidente na administração do país. O poder Legislativo, é bicameral, exercido pela Câmara dos Senadores, composta de 45 membros, e pela Câmara dos Deputados, composta de 80 membros. Esses membros das duas câmaras são eleitos por voto popular para governar durante cinco anos. As eleições para o Congresso se celebram em listas fechadas simultaneamente com a eleição presidencial (não se aplica o voto por cada candidato a deputado ou senador senão por uma lista apresentada por cada partido político). Os deputados se elegem por departamento enquanto os senadores são eleitos a nível nacional, ambos para governar durante cinco anos. Por último, o poder Judiciário onde o tribunal mais alto é a Corte Suprema. O Senado e o presidente selecionam os seus nove membros sobre a base de recomendações de um conselho de magistrados (Conselho da Magistratura) segundo a atual constituição de 1992. Cada um dos 17 departamentos do Paraguai é administrado por um governador popularmente eleito. A constituição de 1992 aboliu o governo da ditadura chefiada por Alfredo Stroessner. O sistema de governo adotado no país é a república presidencialista.

O Paraguai está subdividido em dezessete departamentos e o Distrito Capital de Assunção. Abaixo é apresentado a relação em ordem alfabética com as respectivas capitais entre parênteses:

- | | |
|--|--------------------------------------|
| 1. Alto Paraguay (Fuerte Olimpo) | 9. Central (Areguá) |
| 2. Alto Paraná (Ciudad del Este) | 10. Concepción (Concepción) |
| 3. Amambay (Pedro Juan Caballero) | 11. Cordillera (Caacupé) |
| 4. Asunción (Asunción) - capital do país | 12. Guairá (Villarica) |
| 5. Boquerón (Filadelfia) | 13. Itapúa (Encarnación) |
| 6. Caaguazú (Coronel Oviedo) | 14. Misiones (San Juan Bautista) |
| 7. Caazapá (Caazapá) | 15. Ñeembucú (Pilar) |
| 8. Canindeyú (Salto del Guairá) | 16. Paraguarí (Paraguarí) |
| | 17. Presidente Hayes (Pozo Colorado) |
| | 18. San Pedro (San Pedro) |

Mapa 1: República do Paraguai



Fonte: Wikipédia

Enquanto a sua economia caracteriza-se pela predominância dos setores agropecuários, comerciais e de serviços. O setor industrial ainda não se encontra muito desenvolvido, e se baseia principalmente no processamento de bens agrícolas e pecuários. O sector comercial encontra-se fortalecido pelo turismo de compras principalmente por pessoas

procedentes do Brasil e Argentina, já que uma série de produtos importados tem um custo significativamente menor que nos países vizinhos.

A economia paraguaia depende essencialmente da agricultura, praticada por quase 50% da população. As terras mais férteis e cultiváveis localizam-se na região oriental do país, enquanto as terras extensas e secas do *Chaco* permitem mais bem uma pecuária extensiva. A soja figura como um dos principais produtos, junto ao milho, a mandioca, a cana de açúcar, as bananeiras, o algodão, e em menores quantidades, o arroz, o café, o fumo e a erva mate. Em 2006, foram destinados 2,2 milhões de hectares ao cultivo da soja, o qual significou um aumento de 750.000 hectares em só 4 anos. A atividade pecuária desenvolve-se principalmente na região da savana do grande *Chaco*, ao oeste do país.

No comércio exterior os produtos de principal exportação procedem da atividade rural, estes produtos constituem-se em sementes oleaginosas, dentre as quais se destaca a soja, que em 2004 alcançou US\$ 611 milhões e representou um aumento de 15,09% em relação ao ano anterior. O segundo item de exportação, da qual grã parte é derivada da soja, corresponde a resíduos e desperdícios alimentícios (*Expeller* de soja) exportados no valor de US\$ 180 milhões.

Exporta-se também carne e resíduos alimentícios que apresentou uma grande variação no período de 2004, devido a reabertura dos mercados fechados, sendo exportado por US\$ 161 milhões, o qual representou 164,76% mais que em 2003.

O algodão é o quarto item de maior exportação recuperando sua posição de insumo tradicional, crescendo 104,17% mais que em 2003.

Menciona-se também o ferro e suas manufaturas que resultaram num salto importante, chegando a US\$ 21,4 milhões¹².

Uruguai, Brasil, Chile e Rússia são os principais mercados de exportação de produtos paraguaios.

¹² Destaca-se a grande participação do setor primário, mais detalhes no informe econômico 2004 do Banco Central do Paraguai.

Quadro 1: Dez maiores produtos de Exportação

Ano 2004	Principais produtos de exportação		Valor US\$		Var %	% do total
	Cap. NCM	Produto	Jan-Out 2003	Jan-Out 2004		
1	12	Sementes e frutos oleaginosos	531.619.907	611.864.404	8,65	37,64
2	23	Resíduos das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais.	134.463.902	180.076.292	29,47	11,08
3	2	Carne e despojos comestíveis.	61.070.834	161.689.023	171,17	9,95
4	52	Algodão.	64.736.966	132.283.304	129,78	8,14
5	15	Gordura e óleos animais e vegetais;	93.046.448	132.280.869	34,57	8,14
6	44	Madeira, carvão vegetal e manufaturas de madeira.	58.431.130	74.855.986	23,34	4,60
7	10	Cereais.	92.035.017	74.492.027	-12,74	4,58
8	41	Pele (exceto a peleteria) e couros.	50.980.288	53.430.422	10,85	3,29
9	24	Tabaco e secundários do tabaco elaborado.	19.662.826	21.419.334	14,72	1,32
10	72	Fundição, ferro e aço.	9.568.122	21.353.430	145,34	1,31

Fonte: Banco Central do Paraguai, 2008.

Em troca, Paraguai importa bens industrializados: máquinas, aparelhos elétricos, veículos e produtos químicos. Além disso, o país importa o 100% do petróleo que consome. Os combustíveis e lubrificantes alcançaram valores de US\$ 443,3 milhões, 33,98% superior, a igual período do ano de 2003 quando alcançava US\$ 333,4 milhões.

O segundo lugar é ocupado pelas caldeiras e máquinas com uma variação de 20,77% representando um valor de 301,7 milhões. Seguido por máquinas, aparelhos eletro eletrônicos e material elétrico com um valor de US\$ 265,2 milhões aumentando em 77,71% em relação ao período anterior. Enquanto os principais países provedores são China Popular e Brasil. Segundo o Ministério do Comércio em 2006, as exportações de bens totalizaram US\$ 1.906 milhões, e as importações, US\$ 5.285 milhões.

Quadro 2: Dez maiores itens de importação.

Ano 2004	Principais produtos de importação		Valor US\$		Var %	% do total
	Cap. NCM	Produto	Jan-Out 2003	Jan-Out 2004		
1	27	Combustíveis e aceites minerais	333.385.679	443.339.182	32,98	16,77
2	84	Caldeira, máquinas, aparelhos e artefatos mecânicos.	249.791.414	301.668.705	20,77	11,41
3	85	Máquinas, aparelhos e material elétrico	143.531.071	265.206.052	84,77	10,03
4	87	Veículos automóveis	114.745.998	203.912.293	77,71	7,72
5	31	Abonos.	90.830.874	131.491.683	44,77	4,98
6	38	Produtos diversos das indústrias químicas.	92.947.335	105.496.244	13,50	3,99
7	39	Plásticos e suas manufaturas.	62.584.255	92.869.376	48,39	3,51
8	40	Borracha e suas manufaturas	56.987.477	82.233.397	44,30	3,11
9	48	Papel e papelão; manufaturas de pasta de celulosa, de papel ou de papelão.	62.064.074	80.324.311	29,42	3,04
10	24	Tabaco e secundários do tabaco elaborados.	58.327.671	74.335.698	27,44	2,81

Fonte: Banco Central do Paraguai, 2008.

Até os anos 1970, toda a energia elétrica utilizada no Paraguai provia de usinas termoelétricas. Entre tanto, em 1970 foi inaugurada a usina hidroelétrica de Acaray, a fim de transformar o país em exportador de eletricidade a Brasil e a Argentina. No 5 de maio de 1984 entrou em operação a primeira unidade geradora da usina hidroelétrica de Itaipú. Esta usina foi resultado de uma cooperação entre Paraguai e Brasil, que fez de Paraguai um dos maiores exportadores de energia elétrica. No 2 de setembro de 1994 entrou em funcionamento a primeira unidade geradora da Represa de Yacyretá, obra empreendida pelo Paraguai e a Argentina.

3.2 Aspectos Estruturais da População

O processo de planejamento dos recursos humanos faz parte do desenvolvimento econômico e social. Tanto assim é que o estudo populacional deve ser feito de forma integrada com os demais aspectos socioeconômicos.

No estudo demográfico, será de maior importância a verificação da taxa de crescimento da população no contexto entre regiões urbanas e rurais, tentando assim identificar as causas do seu comportamento.

Na abordagem da população como força de trabalho, procura-se analisar os contingentes da população ocupada, desocupada e sub-ocupada, preocupando-se principalmente com os excedentes de mão-de-obra. Será levada em conta a situação ocupacional por setores, sub-setores e ramos de atividade, em relação ao total da mão-de-obra empregada.

Estas considerações são, em seguida, organizadas detalhadamente com a finalidade de fornecer as melhores informações sobre os dados que devem ser analisados sobre o ponto em questão. Foi mencionado anteriormente, que um crescimento econômico superior a um crescimento demográfico leva à expansão no nível de emprego e na arrecadação pública, permitindo que o governo realize mais gastos voltados a área social e atenda as pessoas mais carentes, melhorando assim, os indicadores sociais (SOUZA, 2005).

3.2.1 Distribuição da População Urbana, Rural e Total.

O estudo da estrutura da população consiste na composição por idade e sexo de uma população, ou seja, o número ou proporção de homens e mulheres em cada grupo de idades.

A composição ou estrutura da população por sexo e idade tem muitas conseqüências importantes, sendo a mais fundamental a de definir os limites das possibilidades de procriação da sociedade, constitui ainda um determinante básico da oferta de mão-de-obra de uma nação e influência nas necessidades de diversos bens e serviços especiais. A composição de uma população por sexo e idade é o resultado de tendências passadas da fecundidade, da mortalidade e da migração. A sua vez ela influi nos níveis de taxas vitais brutas e na taxa de crescimento da população, dado que os nascimentos, as mortes e a migração ocorrem com desigual freqüência a distintas idades.

A composição por sexo de uma população é a mais essencial de todas as características demográficas e esta afeta diretamente ao número de nascimentos, mortes e matrimônios.

Dito isto, a estrutura profissional e virtualmente as demais características da população podem ser influenciadas por relação entre sexos. Os dados sobre a estrutura da população por idade, junto à distribuição por sexos, proporcionam a base para muitos tipos de análises demográficas.

A estrutura demográfica do Paraguai conta com uma população menor de 15 anos que representa 39,5% do total no ano de 2002. A magnitude desta população sugere demandas para o sistema educativo e a provisão de serviços de saúde em curto prazo.

O aumento populacional nesta idade é logo importante, não somente porque freia o crescimento total, assegurando sua inércia por vários anos, mas também porque o sistema educativo requer uma planificação dos recursos humanos.

A população entre 15 e 64 anos compreende a população ativa e representa o 57% da população total, no mesmo ano.

A partir dos 65 anos em diante, compreende aos que tem deixado de trabalhar, ou população economicamente inativa, seu crescimento leva com ele problemas para a programação da segurança social e a atenção da saúde, e representou o 3,47% da população total do país no ano de 2002. O envelhecimento da população é o resultado da diminuição da fecundidade, de maneira a que as taxas moderadamente altas de natalidade que se observam neste país configuram uma estrutura muito jovem da população como um todo.

Utilizando os dados da estrutura da população se elabora a seguinte tabela 1 em três grupos de faixa etária.

Tabela 1: Distribuição percentil da população por idade (2002)

<i>Idades</i>	<i>População</i>	<i>Por cento</i>
De zero a 14 anos	2.226.752	39,53
De 15 a 64 anos	3.210.570	57,00
De 65 e mais anos	196.035	3,47
Total	5.633.357	100,00

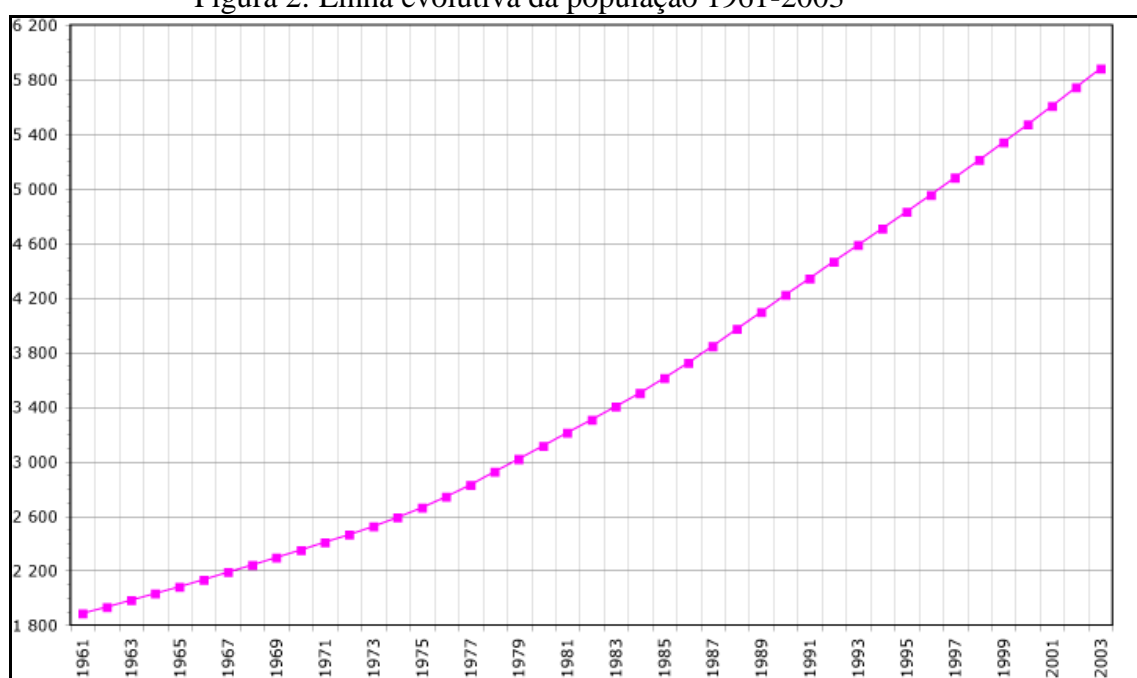
Fonte: Dirección General de Estadísticas y Censos, 2002.

A elevada fecundidade e a decrescente mortalidade determinam a presença de uma população jovem, pois se teve que no ano de 2002 um 39,53% das pessoas menores de 15 anos.

Em quanto à população em idade de trabalhar ou a população economicamente ativa (PEA) representa 57% e a população de 65 e mais anos somente 3,47%.

Na figura 2 é apresentada a linha evolutiva da população paraguaia, onde no eixo esquerdo figura o número de habitantes e no eixo horizontal o ano ao qual corresponde tal número de habitantes.

Figura 2: Linha evolutiva da população 1961-2003



Fonte: Dirección Nacional de Estadísticas y Censos.

A figura apresenta uma evolução moderada da população que fazendo o cálculo por decênio representa uma taxa de natalidade de 1,30 %.

Mantendo como constante a taxa de evolução da população paraguaia, pode-se fazer estatísticas sobre a composição por faixas etárias, servindo esta informação para análise do provável panorama que seria composto por essa população jovem, se acaso seja mantida e por quanto tempo o país contará com força de trabalho jovem e não terá que se preocupar de forma urgente com um sistema de previsão social para as pessoas a serem aposentadas. Esta análise é feita na tabela seguinte onde se compõem faixas etárias entre 0 e 14 anos, 15 e 59 anos, e mais de 60 anos. Como resultado nota-se que a PEA se mantém elevada e a população com mais de 60 anos surge como preocupante a partir do ano 2025, demandando assim um

programa de aposentadoria ou até uma reforma previdenciária, prevendo uma política bem estabelecida.

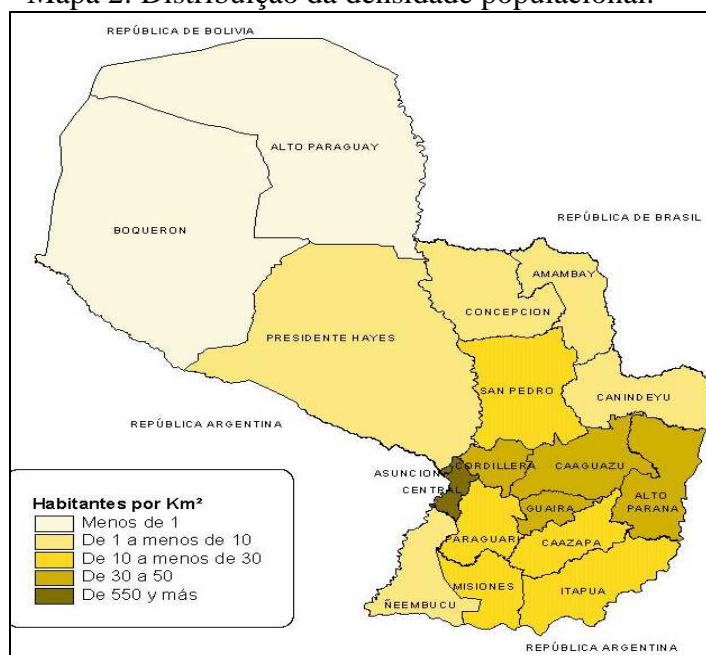
Tabela 2: Taxa de crescimento anual da população total, por grupos de idade.

País	de 0-14 anos			de 15-59 anos			de 60 anos e mais		
PY	1975-00	2000-2025	2025-2050	1975-00	2000-2025	2025-2050	1975-00	2000-2025	2025-2050
	25,1	11,0	-3,2	33,6	24,7	13,0	17,0	43,8	33,2

Fonte: Estatísticas Sociais CEPAL, 2007

Um dos aspectos que se deve levar em conta é a baixa densidade demográfica do país, calculada em torno de 12 hab/km², e a desigual distribuição espacial da população, que determina que a região do *Chaco*, onde se encontra pouco mais de 60% do território, tenha uma densidade média inferior aos 0,6 hab/ km², em contraposição com a região Oriental (em torno de 31,6 hab/km²) e, principalmente o eixo *Asunción-Villarrica (Guairá)*. Da mesma forma, o caráter marcadamente rural que tradicionalmente tem distinguido à população paraguaia tende a se modificar em favor da urbana, cuja percentagem supera os 50%.¹³

Mapa 2: Distribuição da densidade populacional.



Fonte: DGEEC.

¹³ Atlas Geográfico del Paraguay, 2005.

Nas últimas décadas tem-se incrementado o fluxo da corrente migratória do campo à cidade, onde a alta demanda por serviços sociais básicos (educação, moradia, saúde), serviços básicos (eletricidade, água, saneamento básico) e emprego, tem criado significativos problemas de infra-estrutura e a conglomeração das comunidades formadas na capital e áreas metropolitanas.

A meados do presente século Paraguai contava com 1 milhão trezentos mil habitantes aproximadamente, experimentando um aumento substancial de seu volume até chegar a uns 4 milhões 152 mil habitantes no ano 1992. O aumento a mais de 3 milhões de pessoas no lapso de quarenta e dois anos, é fruto das altas taxas de crescimento próximas a 2,8%.

Em nível de área de residência, observa-se um notável crescimento urbano que, de 35% em 1950, chega a 50,3% em 1992 e para 2002 o nível de urbanização chega a compor 56,3%. Em mudança, a área rural experimentou primeiramente um declínio em suas taxas, no período 1950-72, e depois um estancamento nas últimas duas décadas.

No ano 1992, o 97,5% da população estava assentada na Região Oriental com uma densidade de 25,3 hab/km². A Região Ocidental ou *Chaco*, apesar de representar mais de 60% do território nacional, só alberga ao 2,5% da população com uma densidade de 0,4 hab/km².

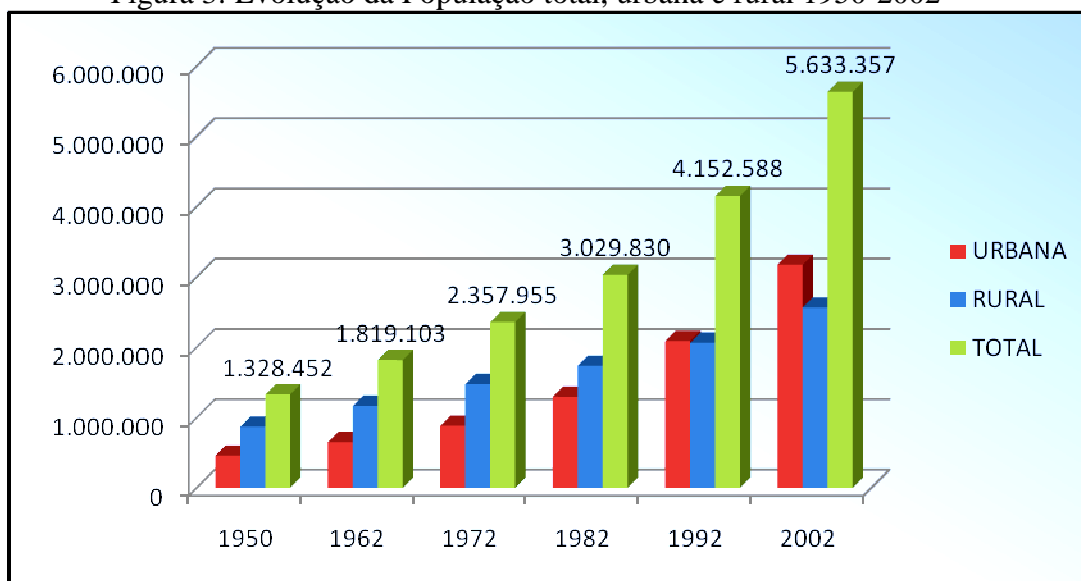
Tabela 3: Evolução da população, por área urbana-rural. Período 1950-2002

CENSO	POPULAÇÃO			PERÍODO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)			% URBANA
	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANA	RURAL	
1950	1.328.452	459.726	868.726					35
				1950-62	2,7	2,9	2,5	
1962	1.819.103	651.869	1.167.234					35,8
				1962-72	2,7	3,2	2,4	
1972	2.357.955	882.345	1.475.610					37,4
				1972-82	2,5	3,9	1,6	
1982	3.029.830	1.295.345	1.734.485					42,8
				1982-92	3,2	4,9	1,7	
1992	4.152.588	2.089.688	2.062.900					50,3
				1992-02	2,6	3,4	1,9	
2002	5.633.357	3.171.811	2.561.546					56,3

Fonte: Censo Nacional de Población y Viviendas. Anos: 1950/62/72/82/92/02

Evidentemente o Paraguai padece de um sério problema de distribuição espacial de sua população e de seus centros povoados. Poderia dizer-se que o país, mais que pouco ou muito povoado, está "mau povoado".

Figura 3: Evolução da População total, urbana e rural 1950-2002



Fonte: Dados tabela anterior. Elaboração do autor.

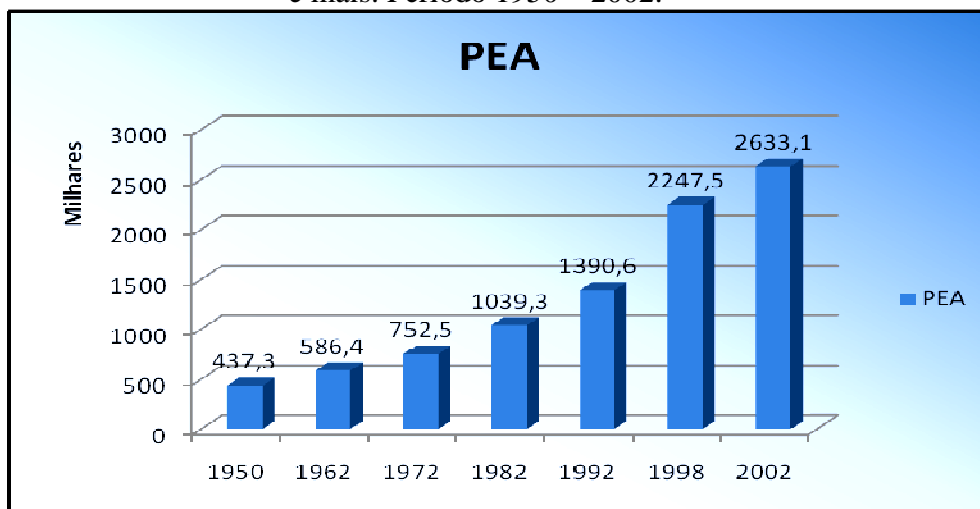
A partir da figura 3 pode-se identificar um grande avanço da urbanização do país, isto determinado pela migração dos centros rurais para as cidades gerando como já foi descrito um grande desafio para os municípios afetados pela chegada desses conglomerados.

3.2.2 População Economicamente Ativa (PEA)

A População Economicamente Ativa (PEA) – força de trabalho – é conformada por aqueles que trabalham ou procuram ativamente trabalho, podendo se classificar como mão-de-obra ocupada ou desocupada.

De acordo com os dados obtidos pelos censos, desde 1952 a força de trabalho representava algo menos de meio milhão de pessoas, alcançando um volume em torno de 1 milhão 391 mil pessoas para o ano 1992. Na figura 4 nota-se claramente o nível de evolução da força de trabalho, onde para o ano 1998, menos de dez anos, quase duplicou esse número. Já para o novo período de censo no ano 2002, o PEA do Paraguai revelou um crescimento em torno de 90%.

Figura 4: Evolução da população economicamente ativa (PEA) de 12 anos e mais. Período 1950 – 2002.



Fonte: Elaborado pelo autor. Fonte dos dados primários: DGEEC.

Tal fenômeno se concretiza não somente em razão de que o emprego urbano começava a vislumbrar sinais de dinamismo com o impulso do incipiente processo de modernização, mas que o próprio setor agropecuário ainda operava em condições produtivas e tecnológicas rudimentares o que possibilitava um alto nível de retenção da força de trabalho (CHAMORRO, 2002). Outro fato de análise foi a expansão da fronteira agrícola que conseguiu manter até 1972 às pessoas ocupadas no campo e não afetadas pela mecanização.

3.3 ASPECTOS ESTRUTURAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

3.3.1 Nível da Atividade Econômica

No item *nível da atividade econômica* é analisado o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) deflacionado e o Produto Interno Bruto (PIB) por setor.

Ao comparar o desempenho do PIB *per capita* com as variáveis do desenvolvimento social e sustentável, tem-se uma ampla base da qualidade do crescimento do país.

O PIB *per capita*, ou renda *per capita*, indica a renda que os habitantes de um país podem dispor, em média, durante o período considerado, geralmente um ano. (BASTOS, et. al. 2001. p. 35).

3.3.1.1 Produto Interno Bruto *per capita*

O PIB *per capita* do período analisado (1982-2005) é baseado nos estudos feitos pela CEPAL, BCP e estudos acadêmicos elaborados sobre a economia paraguaia. Deste modo foi possível coletar dados sobre esta variável, que analisa se houve ou não crescimento das economias da população.

O crescimento do PIB se reduz significativamente nos primeiros anos dos 80, numa média de 3,2% anual para essa década. Devendo-se ao elevado crescimento demográfico, o PIB *per capita* se reduz em 0,1% anual nesse período. Na segunda metade dos 80 - e de forma mais clara após da mudança de governo – ditatorial para democrático – a política econômica começa a se dirigir a uma nova direção de tentativa de restabelecer uma senda do crescimento sustentado. Assim o Paraguai adota decisões liberais, como prova ingressa ao MERCOSUL e opta por políticas de menos governo e mais mercado. Os resultados tem sido menos prometedores do que se esperava e o PIB cresceu a uma taxa de tão só 2,8% na primeira metade dos 90, deixando o produto *per capita* no mesmo patamar dos 80.

Já para o ano 2003 o crescimento foi de 2,6%. Novamente como nos períodos anteriores o impulso foi o setor agrícola (soja e algodão) que registrou um crescimento de 15,3%. O crescimento do PIB, contudo no último decênio tem sido de tão só 1,6% anual, consideravelmente inferior às médias de 8,2% e 4,0% durante as décadas de setenta e oitenta, respectivamente. Como resultado, em termos de PIB *per capita* se registrou nos últimos dez anos uma diminuição de 1% anual em média. Com isso, o PIB *per capita*, medido em dólares de 1982, alcançou em 2003 a cifra de US\$ 986,1, superior em 7% ao ano anterior. Nesse sentido chama à atenção a marcada estagnação que afeta à economia paraguaia nestas duas últimas décadas, sendo que o PIB por habitante, a preços de 1982, foi de US\$ 1.015,0, no ano 1980 de US\$ 1.017, no ano 1992 de US\$ 1352,0 no ano 2003 US\$ 986,1, ou seja, um nível pior (-3%) que 11 anos atrás. No ano 2005, dez anos de hipotético crescimento econômico, se revela este como escasso e insuficiente crescimento da economia, não devolvendo a situação financeira *per capita* de períodos anteriores, ou seja, a economia ainda não recupera o perdido. Na tabela 4 se apresenta valores coletados de varias fontes, onde se tenta mostrar o escasso ou nulo crescimento por habitante ao longo do tempo.

Tabela 4: Variação do PIB *per capita*, a preços constantes de mercado (1982-2005).

Ano	PIB <i>per capita</i>	Variação (US\$)	Variação (%)
1982	1.015,0	-3,6	0,0
1983	956,0	-5,9	-5,8
1984	958,0	0,2	0,2
1985	968,0	0,9	1,0
1986	927,0	-4,1	-4,2
1987	940,0	1,3	1,4
1988	974,0	3,4	3,6
1989	1.002,0	2,8	2,9
1990	1.005,0	33,6	0,3
1991	1.341,0	33,6	33,4
1992	1.352,0	1,1	0,8
1993	1.366,0	1,4	1,0
1994	1.481,0	11,5	8,4
1995	1.672,0	19,1	12,9
1996	1.785,0	11,3	6,8
1997	1.767,0	0,18	-1,0
1998	1.552,7	-2,14	-12,1
1999	1.403,2	-14,9	-9,6
2000	1.336,7	0,6	-4,7
2001	1.190,3	-1,46	-11,0
2002	921,9	-2,68	-22,5
2003	986,1	0,6	7,0
2004	1.218,8	2,33	23,6
2005	1.228,8	0,1	0,8

Fonte: Elaboração do autor. Fontes primarias, estudos econômicos da CEPAL, BCP, Política Económica y Distribución del Ingreso, INDART, 1999.

3.3.1.2 PIB por setor

Na tabela 5 podem-se observar os setores que formam os motores da economia ao longo do tempo, estes foram os setores agrícolas e de comércio, juntos fazem parte por mais do 50% do PIB (em média do período).

Tabela 5: Composição setorial do PIB (%) 1954-1995¹⁴

Ano	Agricultura ¹	Manufatura	Construção	Serviços Básicos	Comércio ²	Outros
1954	42	16	1	4	23	14
1960	39	17	3	5	18	18
1970	32	17	3	5	24	19
1975	37	16	4	5	23	15
1980	30	17	6	6	26	15
1985	27	16	6	7	27	17
1989	29	16	6	8	26	16
1992	25	17	6	7	32	13
1995	25	16	6	8	32	13

Notas: 1 Inclui criação de gado, silvicultura, e pesca. 2 Inclui finanças.

Fonte: *Política Económica y Distribución del Ingreso*, INDART, 1999.

Outro ponto relevante é que essa composição histórica revela uma economia basicamente primária, sem acréscimos do montante manufatureiro, os dados históricos praticamente não variam de 16% a 17% numa análise regressiva de 41 anos.

Uma nova era começou em 1989 com a queda do regime de Stroessner depois a mais de três décadas no poder. Com a instauração de um governo democraticamente escolhido em 1993, o foco da política econômica mudou para o logro do equilíbrio financeiro e da estabilização de preços. Ao igual que no período do governo de transição, não se conseguiu nenhum progresso importante na mudança da estrutura produtiva do país. O que mudou da época do regime autoritário para o ano 1995 foi uma nova distribuição no peso da composição do PIB dando maior espaço ao setor comercial, através de incentivos fiscais à região de

¹⁴ Não foi encontrado durante a pesquisa dados atualizados da composição estrutural da economia Paraguai, o que limita de certa maneira uma análise atualizada cobrindo o período estudado (1970-2005)

Cidade Leste, reconhecida por países vizinhos pelos preços vantajosos dos produtos comercializáveis, especialmente eletro-eletrônicos e brinquedos.

3.3.2 Distribuição Setorial da Renda

Dentro do tópico é analisado o nível de desigualdade da renda do país e dos departamentos em que se subdivide o Paraguai.

O indicador utilizado é o *Índice de Gini*, que como foi mencionado, mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor pode variar de zero a um. Quando é igual a zero, significa que não há desigualdade, quando é igual a um, a desigualdade é máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade (PNUD).

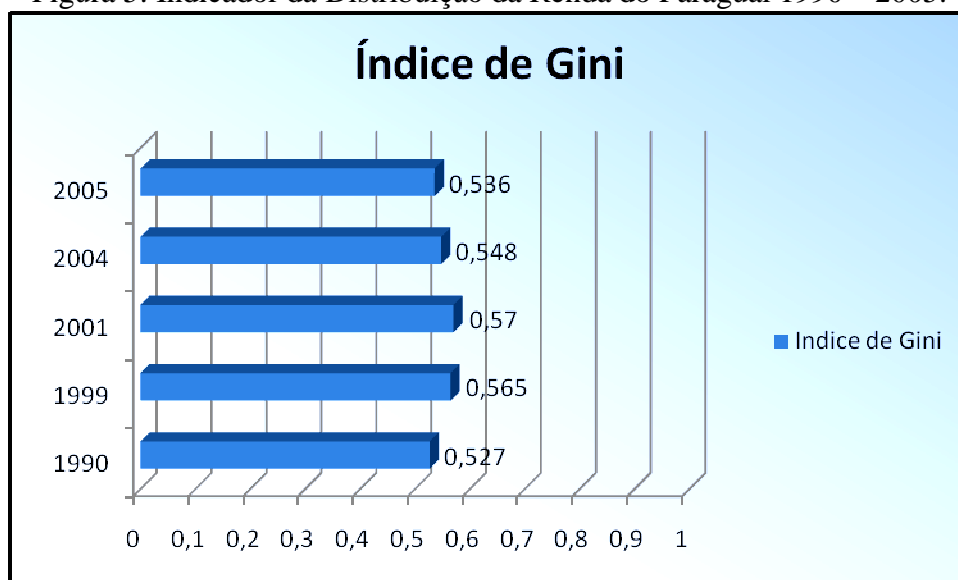
A Pesquisa de Lares e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - ambas conduzidas pela Direção Geral de Estatística Pesquisa e Censo (DGEEC, sigla em espanhol) - constituem as duas fontes principais de dados estatísticos que permitem estimar a desigualdade relativa na distribuição de renda no Paraguai.

A Pesquisa de Lares é conduzida anualmente desde 1983 com o particular propósito de recavar informação sobre a estrutura e evolução da força de trabalho, incluindo o desemprego e os rendimentos. Inicialmente esta pesquisa só cobria a área metropolitana de Assunção, mas a partir de 1994 sua cobertura se estendeu ao resto da área urbana, e em 1995 também incluiu a área rural. Alguns pesquisadores - e.g., SAUMA (1993, 81-85) - questionaram a qualidade dos dados fornecidos por esta pesquisa devido a que o processamento dos mesmos mostra como resultado uma concentração do rendimento bastante inferior à estimada em estudos anteriores¹⁵, e uma concentração rapidamente decrescente entre 1986 e 1990 (com o coeficiente de Gini diminuindo mais de seis pontos percentuais de 0,463 a 0,400). SAUMA (*ibid.*) assinala que tais cifras pareceriam suspeitas já que nenhuma política redistributiva se adotou durante esse período curto de tempo, e assinala que provavelmente seja o resultado de uma medição inadequada do rendimento familiar, particularmente em referencia ao rendimento das famílias mais ricas.

¹⁵ Efetivamente, estudos prévios encontraram uma concentração alta do rendimento no Paraguai: o estudo realizado por ECIEL (1974) encontrou um coeficiente de Gini de 0,554 para Assunção em 1970-71; Seta (1975) reportou um coeficiente de Gini de 0,494 em 1973; e Laird (1979) estimou um coeficiente de Gini de 0,563 para a área rural em 1978.

Na figura 5 representam-se os dados que o autor acredita mais confiável, onde aparece claramente um piora na distribuição dos ingressos. Em 15 anos de análise o índice aumenta de 0,527 em 1990 para 0,536 em 2005¹⁶.

Figura 5: Indicador da Distribuição da Renda do Paraguai 1990 – 2005.



Fonte: Elaboração do autor. Dados primários da CEPAL.

Como mencionado anteriormente, estas cifras deixam sem explicar a razão da melhora experimentada na distribuição do rendimento entre 1986 e 1990, quando o quociente entre a percentagem do rendimento recebido pelos 10% das famílias mais ricas e o de 10% das mais pobres diminuiu de 14,5 a 10,7. O deterioro posterior na distribuição do rendimento poderia ser interpretado por sua vez como o resultado da implementação de políticas neoliberais no Paraguai, ainda que a cifra de 1990 também possa ser considerada como um *outlier*¹⁷ devido a possíveis erros metodológicos na coleta da informação.

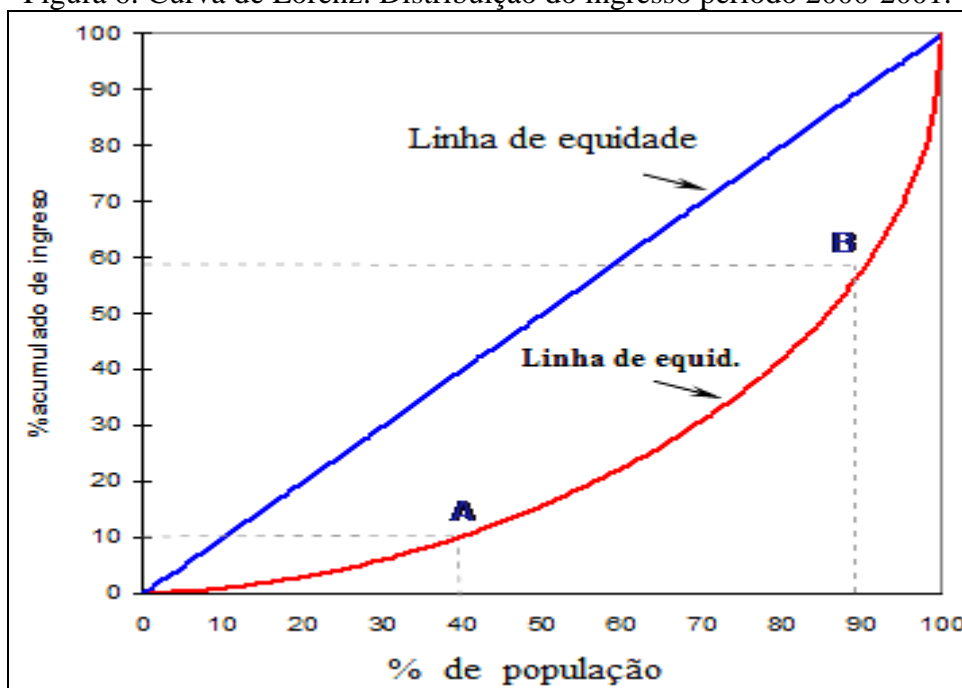
O índice de Gini é derivado através da curva de Lorenz, que é uma representação gráfica construída a partir da ordenação da população pela renda. No eixo horizontal (X) fica a percentagem acumulada da população, enquanto, no eixo vertical (Y), a percentagem acumulada da renda, permitindo identificar qual a parcela da renda total acumulada pelas

¹⁶ Um relatório do Banco Mundial (1994, 10-12) parece ainda muito menos cuidadoso em sua análise e conclui que, dado um coeficiente de Gini de 0,398 em 1990, "a distribuição do rendimento no Paraguai é mais equitativa que na maioria dos países da Região, muitos dos quais têm um rendimento per capita maior." Ainda que este relatório menciona ao passar que estas cifras dependem da confiabilidade dos dados disponíveis e que "outros estudos oferecem resultados radicalmente diferentes" facilmente conclui que "o desempenho do Paraguai nesta área significa que mantendo uma economia aberta com um governo pequeno e com pouca interferência poderia ajudar a reduzir a pobreza e a gerar uma distribuição do rendimento mais equitativa".

¹⁷ Dado ou observação atípica que se refere à matemática ou estatística. Ver www.globalglossary.com

diversas camadas da população. Na figura 6 é ilustrada a situação da concentração de renda através da Curva de Lorenz para o período 2000-2001.

Figura 6: Curva de Lorenz. Distribuição do ingresso período 2000-2001.



Notas: A: O 40% mais pobre da população recebe o 10,2% do total de ingressos do país.

B: O 10% mais rico da população concentra o 42,3% do total de ingressos do país.

Coefficiente de Gini da linha de equidade = 0,000

Coefficiente de Gini de linha de equidade = 0,533

Fonte: DGEEC.MECOV. Estudo sobre estatística recente de pobreza.

A partir da curva de Lorenz, a ótica de análise passa a ser a percentagem de concentração da riqueza, dos mais pobres para os mais ricos, segundo a figura 6, como se descreve nas notas (A, B) a relação entre pobres e ricos é totalmente inversa, pois o 40% mais pobre detém 10% da riqueza e os 10% mais rico detém mais de 40% da riqueza do país. Pode-se dizer que em combinação com o índice de Gini (figura 5) que a má distribuição da riqueza no Paraguai é concentrada e esta se agrava na região rural.

3.4 ASPECTOS ESTRUTURAIS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.4.1 Força de Trabalho

Nesta seção procura-se obter a taxa de desemprego nacional, buscando-se relacionar o nível de pessoas ocupadas e desocupadas, dentro do quadro da força de trabalho (PEA).

A evolução da população e sua distribuição por zonas, a população economicamente ativa (PEA) é também um importante indicador na avaliação dos aspectos populacionais. Neste tópico serão apresentadas as taxas de comportamento da população em idade de trabalhar a fim de identificar se essa faixa de habitantes consegue trabalho, assim como homens e mulheres em zonas urbanas e rurais.

A escala nacional do desemprego aberto não é elevado, já que afeta ao 5,4 % da PEA, ainda que de uma forma diferenciada a homens e mulheres e segundo seja a área de residência, urbana ou rural. As taxas de desemprego mais elevadas concentram-se em áreas urbanas, sendo as mulheres as mais afetadas.

O desemprego aberto não revela em sua real dimensão a problemática do emprego no Paraguai, entre outras causas devido à falta de um seguro de desemprego, disponível em outros países com economias mais desenvolvidas, obriga à maioria dos desempregados paraguaios a realizar alguma atividade como estratégia de sobrevivência. Estes mecanismos de subsistência analisam-se melhor através dos indicadores de sub-emprego e desemprego oculto. No quadro 3 poderá se identificar o comportamento dessas variáveis a traves de uma pesquisa realizada nos anos de 1997 e 2000 considerando que para esse período o número de habitantes equivale aproximadamente a 5.382.688 pessoas.

Quadro 3: PEA, Desemprego e Sub-Ocupação da mão-de-obra 1997-2000 (média)

Evolução do PEA e o desemprego 1997/2000									
Características da população	TOTAL PAÍS			URBANO			RURAL		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Taxa de Atividade	57,9	74,4	41,4	60,6	73,5	48,6	54,4	75,6	31,4
Taxa de Ocupação	94,6	95,5	93,2	93,1	93,8	92,2	96,8	97,4	95,2
Taxa de Desemprego Aberto	5,4	4,5	6,8	6,9	6,2	7,8	3,2	2,6	4,8
Taxa de Desemprego Oculto	9,5	4,9	16,7	7,6	5,2	10,7	12	4,5	27
Taxa de Desemprego Total	14,3	9,2	22,4	13,9	11,1	17,7	14,9	7	30,6
Taxa de Sub-ocupação	19,1	16,7	23,4	18,8	15,6	23,4	19,5	18	23,5
Taxa de Sub-ocupação Visível	6,5	4,7	9,6	5,9	4,4	8	7,3	5,1	13,1
Taxa de Sub-ocupação Invisível	12,7	12	13,8	12,9	11,2	15,4	12,2	13	10,4

Fonte: DGEEC, 2000.

A consideração do desemprego oculto¹⁸ que mede a não utilização dos recursos produtivos disponíveis, obtêm singular importância em épocas de contração econômica, onde aumenta consideravelmente a proporção de desempregados desanimados. Esta variável incide sobre 9,5% do potencial de trabalho disponível no Paraguai.

Em soma, o desemprego total da economia para o período analisado no quadro chega a 14,3% da força de trabalho. O desemprego aberto tem um maior peso relativo nas áreas urbanas, enquanto nas áreas rurais o desemprego oculto reflete melhor a impossibilidade de absorção de mão-de-obra por parte do sistema econômico.

Assim mesmo, do total de Ocupados, não todos chegam a estar plenamente ocupados. Uma parte significativa encontra-se em situação de sub-ocupação de mão-de-obra, seja visível ou invisível.

Efetivamente, uma proporção é sub-utilizada por trabalhar menos horas (sub-emprego visível), fator que impacta sobre 6,5% da força de trabalho. Outro segmento importante de ocupados vê-se afetado pelo sub-emprego invisível, compreendido por aqueles que percebem um salário menor que o mínimo legal vigente, situação que afeta a 12,7% da força trabalhista ocupada. Desta forma aprecia-se um uso insuficiente da mão-de-obra ocupada em torno do 19,2% (sub-emprego total).

Um estudo feito pela DGEEC (2000), analisando os períodos entre os censos, suas características e possíveis repercussões sobre a forma em que a tendência da evolução do emprego e da PEA, chamou a atenção que a PEA tenha crescido e uma taxa maior que a da população em idade ativa entre 1950-1992 e no censo feito entre 1982-1992, onde alcançou uma taxa de crescimento anual de 4,54%.

Tal fenômeno, como foi chamado pelo geógrafo Sebastian Chamorro¹⁹, se concretizou não só por motivos de que o emprego urbano começava a despertar signos de dinamismo com o impulso do incipiente processo de modernização, mas o próprio setor agropecuário ainda não operava em condições produtivas modernas. A taxa de crescimento do PEA do setor agrícola desse mesmo período (1962) foi de 2,61%.

Fazendo menção ao setor produtivo industrial para o período de 1972-1982, tem experimentado um crescimento inferior à global (1,38%), pela debilidade e a falta de

¹⁸ População que se declara como inativa, mas que trabalharia em caso que se dêem certas condições, já que perdeu a esperança de encontrar um trabalho porque se cansou de procurar, não crê poder encontrar ou não sabe onde consultar.

¹⁹ *Geografía del Paraguay*, 2002.

dinamismo do processo produtivo referenciado pela pequena empresa ou simplesmente por unidades artesanais.

Em geral, o último decênio do estudo (1982-1992), tem experimentado crescimento superior dos períodos analisados, mas não alcança os níveis necessários para absorver ou diminuir a taxa de desocupação (CHAMORRO, 2002).

A seguir no quadro 4, se encontram os dados da taxa de crescimento anual (%) da PEA segundo os setores e os períodos de censo, resumindo o explicado nos parágrafos anteriores.

Quadro 4: Taxa de crescimento anual (%) da PEA, segundo o setor e períodos de censo.

Setor ou Atividade	Período de Censo			
	1950-62	1962-72	1972-82	1982-92
TOTAL PEA	2,72	2,52	3,2	4,54
Agricultura, Criação de gado, etc.	2,61	1,52	1,8	2,67
Minas	2,47	7,68	1,25	8,44
Indústria	2,36	1,38	1,82	4,46
Construção	2,86	5,25	8,49	0,92
Eletricidade	4,58	6,84	2,15	36,04
Comercio e Finanças	2,65	4,62	3,92	28,15
Transportes	3,51	3,56	2,36	9,8
Outra atividade	-----	9,5	11,22	1,96

Fonte: CHAMORRO, 2002.

Uma das principais preocupações sociais das economias atuais constituem o desemprego e o subemprego. Por um lado, todo aquilo que se deixa de produzir em consequência da não utilização da mão-de-obra, representa desaproveito de recursos e bens com grandes perdas macroeconômicas. Por outro, a falta ou a perda de emprego constitui um fato traumático que deteriora a saúde (física, mental e social) dos trabalhadores.

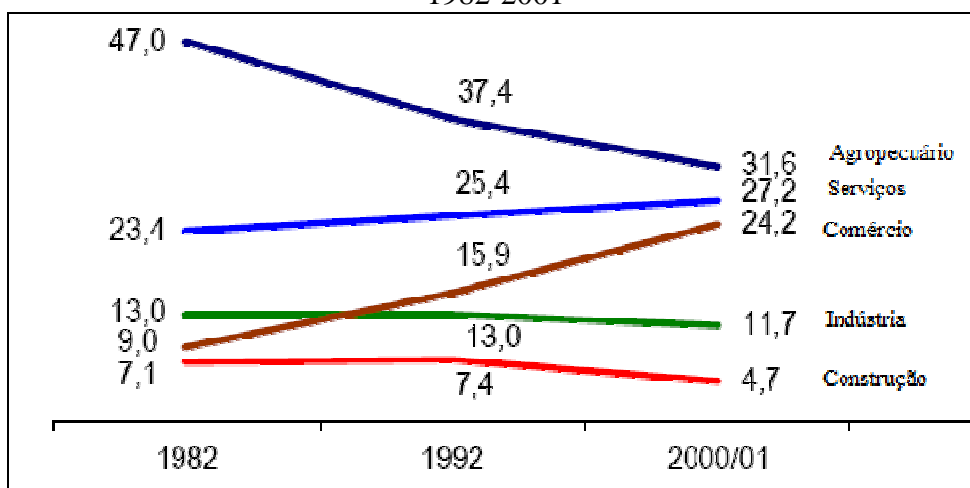
3.4.1.1 Pessoal Ocupado por Setor (Agropecuário, Indústria, Serviços/Comércio)

Para analisar a estrutura do emprego são consideradas as áreas geográficas em que as tarefas se desenvolvem. Na área rural quase 3 da cada 5 ocupados encontram-se na agricultura

e pecuária e só o 23 % nas atividades terciárias²⁰, enquanto na área urbana os 75 % dos ocupados estão em atividades terciárias. Estas atividades predominam como uma opção de emprego importante no caso dos seguintes grupos de trabalhadores: nas mulheres (69 %) mais que nos homens (40 %), nos adultos (18 a 49 anos) mais que nos meninos (10 a 17 anos) ou os ocupados de maior idade (50 em diante) e nos departamentos de Assunção, Central, *Alto Paraná* e *Amambay* que no resto (ROBLES, 2002)

A figura 7 mostra como o sector agropecuário perdeu de maneira significativa, nas últimas duas décadas, sua capacidade geradora de emprego, ainda que contínua sendo o mais importante, e como o sector comercio foi tomando uma preponderância crescente neste aspecto. Atualmente, ambos os setores são as principais fontes de produção e emprego do país.

Figura 7: Estrutura setorial do emprego (População de 12 e mais anos), 1982-2001



Fonte: ROBLES, 2002

3.4.2 Educação (Educação versus Trabalho produtivo)

Diversos estudos demonstraram que o investimento em capital humano costuma ser mais importante para o crescimento econômico que à própria acumulação de bens de capital. No caso paraguaio esta consigna adquire significativa relevância, atendendo à escassa qualificação histórica e atual que apresenta a mão-de-obra, e ao baixo nível de

²⁰ Em Robles, M. “*Paraguay rural: ingresos, tenencia de tierras, pobreza y desigualdad*”, Revista Economía e Sociedad N° a1, outubro de 2000, mostra-se que em quanto a geração de rendimentos o sector agropecuário na área rural proporciona só a terceira parte dos rendimentos totais familiares.

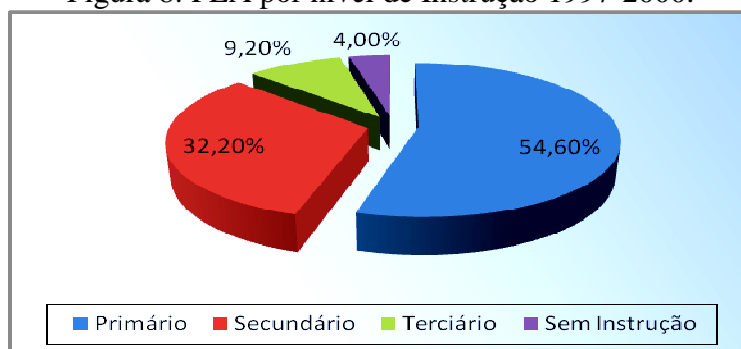
desenvolvimento socioeconômico atingido. Uma formação bem adequada das pessoas é essencial para garantir o seu bem estar e reduzir a pobreza.

Os indicadores de eficiência dão conta da capacidade do sistema educativo de reter à população que se matricula, de promover com fluidez de um grau/curso ao seguinte, até conseguir o término do respectivo nível/ciclo. Os indicadores mais utilizados são a repetência escolar, deserção escolar, permanência escolar, defasagem escolar (percentual de pessoas entre 7 a 14 anos que possuem mais de um ano de atraso escolar), a taxa de egressados e a de analfabetismo (percentual de pessoas entre 7 a 14 anos e com 15 ou mais anos de idade, que não sabem ler nem escrever).

O ensino fundamental e médio no Paraguai se divide em 3 ciclos: o primeiro compreende do 1º ao 6º ano (6 a 11 anos), o segundo do 7º ao 9º ano (12 a 14 anos) e o terceiro, correspondendo ao ensino médio do 1º ao 3º ano (15 a 17 anos).

A mão-de-obra paraguaia tem baixa qualificação formal como se desprende da distribuição relativa por nível de instrução atingido, 54,6% se encontra com nível primário de instrução. Só um terço atinge a cursar o nível secundário e um 9% cruza a linha da formação terciária. Exemplifica-se na figura 8 a seguir.

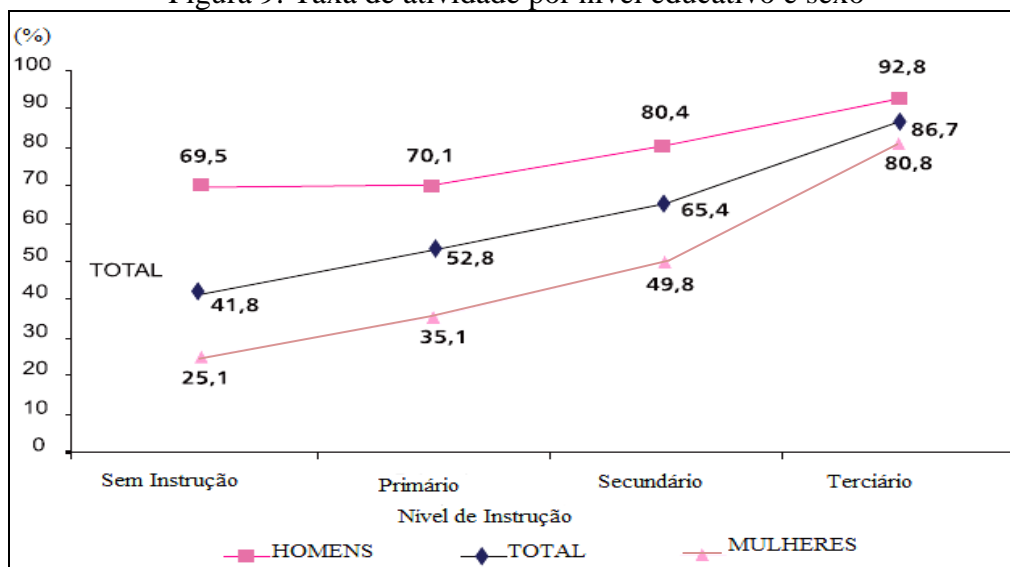
Figura 8: PEA por nível de Instrução 1997-2000.



Fonte: DGEEC.

A propensão da população paraguaia a incorporar-se ao mercado de trabalho incrementa-se conforme aumenta o nível educativo. A análise segundo sexo mostra um comportamento semelhante. No entanto, é digno destacar que se dá um incremento superior na taxa de atividade feminina, ao passar do nível secundário ao terciário, pois enquanto o nível de participação dos homens aumenta em 12,4 pontos (80,4% a 92,8%), o das mulheres praticamente duplica-se ao passar de 49,8% a 80,8%. Figura 9

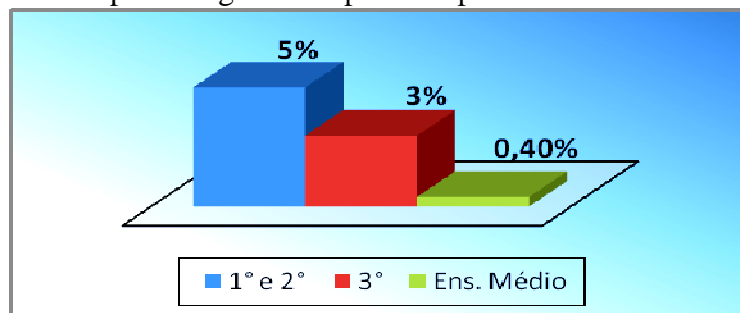
Figura 9: Taxa de atividade por nível educativo e sexo



Fonte: DGEEC.

A maior percentagem de repetentes encontra-se no 1º e 2º ciclo da Escolar Básica onde aproximadamente 5 meninos da cada 100 voltam a repetir o grau já cursado. A percentagem de repetentes reduz-se no 3º ciclo da Escolar Básica. Figura 10.

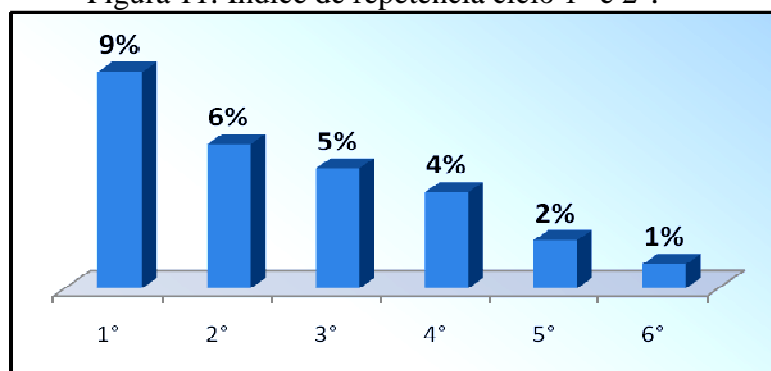
Figura 10: Ensino fundamental e Ensino Médio, percentagem de repetentes por nível/ciclo.



Fonte: MEC, Anuário 2006.

A composição da repetência por grau mostra que se concentra nos dois primeiros graus, sendo o 1º grau o que concentra maior percentagem de repetentes, onde 9 alunos de cada 100 são repetem o grau. Figura 11.

Figura 11: Índice de repetência ciclo 1º e 2º.



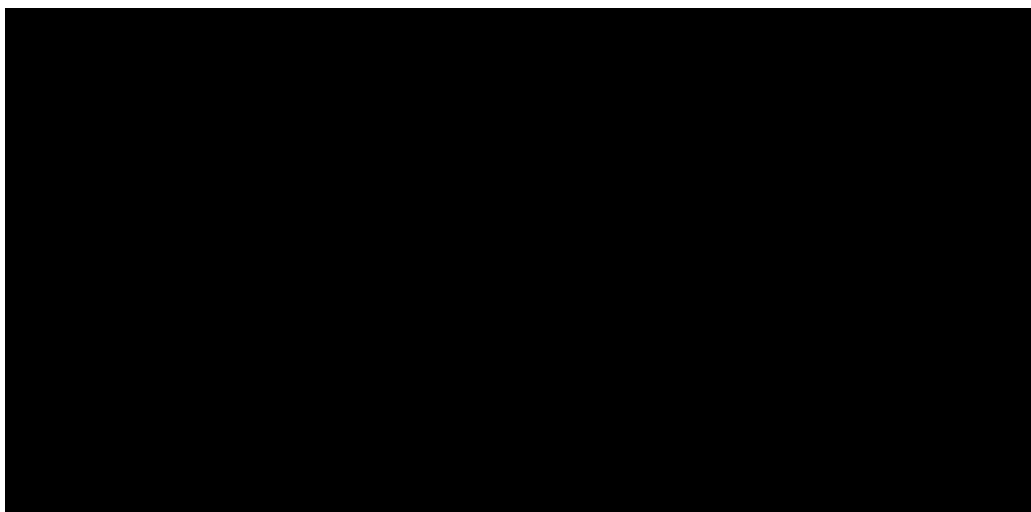
Fonte: Anuário estatístico. MEC. 2006.

Por sua vez, a distribuição por zona e setor permite visualizar que a repetência se dá com mais incidência nas instituições de zonas rurais (6%) e do setor público (6%). Sendo que o setor urbano e instituições privadas possuem índices de melhor desempenho, 3% e 0,7%, respectivamente.

Outro indicador de extrema importância para avaliar o nível de educação nacional é o nível de analfabetismo. Apresenta-se na figura 9 o nível de analfabetos das pessoas de quinze anos e mais, ou seja, da população em idade de produzir. Este índice encontrava-se para finais dos 90 em 12,7% a nível total, sendo 7,7% e 3,8%, para o setor rural e urbano, respectivamente. Mais uma vez o setor com desvantagem é para a população que mora em regiões rurais. A partir do último período de governo (2002-2007) foi elaborada uma reforma educativa, sendo esta com base na inclusão à educação tendo como meta analfabetismo zero para o ano de 2007, se bem não atingiu a meta, esta conseguiu reduzi-la em 3% no total de analfabetos num prazo de três anos²¹.

²¹ Níveis de analfabetismo acima de 5% são considerados inaceitáveis internacionalmente. UNESCO, *Boletín Proyecto Principal de Educación. Número 32, Diciembre 1993*.

Figura 12: Evolução da taxa de analfabetismo. 1999-2007



Fonte: Gabinete Técnico, Ministério da Fazenda. Dados DGEEC, 2007.

3.4.3 Saúde

A saúde é uma variável de elevada importância no processo de desenvolvimento humano. O conceito de saúde passou a ser entendido como o avanço de um simples estado de ausência de doença para ser entendida como sendo um estado de bem estar físico, mental e social. A noção de que a saúde é um processo continuado e interdependente de preservação da vida, criou uma nova dimensão social. A saúde passou a ser também um processo de cidadania.

Os indicadores estudados são: o índice de esperança de vida, a mortalidade infantil, o número de médicos residentes e a taxa bruta de mortalidade. Estes possibilitam ter uma visão do setor saúde do Paraguai como é apresentado no quadro 5.

Quadro 5: Indicadores de saúde do Paraguai 1972-2002

Indicadores	Período de Censo			
	1972	1982	1992	2002
Esperança de vida ao nascer (anos)				
Homens	63,57	64,39	65,11	68,6
Mulheres	67,5	68,52	69,48	73,12
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	55,54	52,14	47,23	37,0
Médicos residentes (por cem mil hab.)	-----	-----	-----	111
Taxa bruta de mortalidade (por mil)	8,02	6,78	6,41	5,07

Fonte: DGEEC, PNUD.

Para o ano de 2002 os homens e as mulheres passaram a viver mais que 30 anos atrás (1972-2002), 5,03 anos e 5,62 anos, respectivamente. As mulheres continuam tendo uma melhor expectativa de vida no país. A taxa de mortalidade infantil (por mil) foi reduzida numa média 14,3% por período, sendo que o melhoramento mais representativo se deu no último período (1992-2002) correspondeu a uma redução de 10,23 pontos percentuais.

O índice que é considerado baixo, mas situa-se dentro dos padrões de alguns países da América Latina (Brasil, Chile e Peru)²² é o da densidade de médicos por cada cem mil habitantes que corresponde a 111 médicos para esse numero de pessoas. Tal motivo pode ser imaginado pela melhora nos índices de mortalidade infantil, ou seja, que para esse período tenha aumentado a cobertura medica.

Outro indicador que pode ser introduzida a análise é o quanto é gasto em saúde em relação ao PIB e o valor em US\$ que é gasto *per capita*, para o primeiro tem-se o dado de 2004 que segundo a pesquisa do PNUD o Estado paraguaio destinou em torno de 2,6% do PIB para saúde pública isso representa em valores monetários, US\$ 327. Ainda é uma percentagem baixa em comparação aos demais países da região.

3.4.4 Pobreza

Existem duas metodologias para estimar a incidência da pobreza: o método das necessidades básicas insatisfeitas (NBI, siglas em inglês) e o método da linha de pobreza. O primeiro método consiste em determinar o conjunto das necessidades básicas e o nível em que estas se consideram satisfeitas. De acordo, com esta metodologia, uma família pobre é considerada pobre se tem uma ou mais necessidades básicas insatisfeitas. O segundo método consiste em estimar o custo das necessidades alimentares das pessoas agregando outras necessidades tais como vestimenta, moradia, etc. O custo *per capita* de satisfazer todas as necessidades se denomina *linha de pobreza*, enquanto que o custo de satisfazer só as necessidades alimentares se denomina *linha de indigência*. Utilizando qualquer um destes métodos, vários estudos indicam que a indigência da pobreza é muito extensa no Paraguai.

Utilizando o método das necessidades básicas insatisfeitas (NBI), Fogel (1996, 12-13) faz menção de que 64% das famílias paraguaias tinham pelo menos uma necessidade básica insatisfeita em 1995 – portanto foram consideradas pobres – com maior incidência na zona

²² Indicadores sociais PNUD. Disponível em
<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf>

rural (72,0%) que na urbana (56,9%)²³. A maior concentração regional se concentrava no *Chaco* (85%) e no departamento de *Alto Paraguay* (93%), onde principalmente reside a população indígena. É importante mencionar que a pobreza se concentra no interior dos departamentos, incluindo aqueles onde a incidência total não é muito significativa (i.e., *Itapúa*). Definindo uma família com três ou mais necessidades básicas insatisfeitas como extremamente pobre ou indigente, então 10,6% das famílias foram indigentes no Paraguai em 1995 (Quadro 6). Fogel assinala que as estimações obtidas utilizando o método das necessidades básicas insatisfeitas não são muito úteis para fins de políticas sociais focadas a grupos específicos, sendo que a percentagem de famílias consideradas como pobres é muito grande, mas esta informação apresentada é útil para distinguir as regiões (urbano ou rural) em que se manifesta essa necessidade. O menor índice se encontra na capital (Assunção), para logo em ordem ascendente segue para as capitais que possuem fronteira com países vizinhos como é o caso de *Alto Paraná* (Cidade de Leste) e *Itapúa* (Encarnação). Os demais Departamentos se distribuem no interior do país, pode-se ilustrar melhor no mapa 1 visto no item 3.2.

Quadro 6: Lares com Uma e Mais Necessidades Básicas Insatisfeitas por Departamento – NBI (%).

Departamento	Com Uma NBI	Com Duas NBIs	Com Tres/Quatro NBIs	Com Uma ou Mais NBIs
Asunción	22,35	8,56	2,55	33,46
Central	35,15	18,20	5,43	58,78
Alto Paraná	34,39	19,31	9,38	63,08
Itapúa	34,03	20,96	12,48	67,47
Cordillera	34,80	23,95	11,24	69,99
Paraguarí	33,67	23,68	13,32	70,67
Misiones	32,32	23,98	14,41	70,77
Guaira	35,48	24,14	13,40	73,02
Canindeyu	35,38	22,93	15,82	74,13
Amambay	29,70	23,17	21,36	74,23
San Pedro	40,19	22,92	11,57	74,68
Caazapá	35,39	23,91	15,71	75,01
Caaguazú	35,28	26,04	14,03	75,35
Neembucú	32,22	26,37	17,34	75,93
Concepción	34,62	27,31	17,25	79,18
Boquerón	46,07	16,98	22,12	85,17
Presidente Hayes	29,68	27,70	29,43	86,81
Alto Paraguay	17,83	31,89	43,22	92,94
Total	33,28	20,29	10,60	64,17

Fonte: Fogel, 1996.

²³ Fogel utiliza os dados publicados em Necessidades Básicas Insatisfeitas - *Atlas del Paraguay* (DGEEC/PNUAP/PNUD, 1995).

Tendo em consideração um informe do BID (1998) indica que as estimações de incidência da pobreza no Paraguai diferem enormemente de estudo para estudo e até parecem contraditórias. Estas diferenças se devem principalmente às varias linhas de pobreza utilizadas, como por exemplo, as de Miranda que utiliza uma linha de pobreza relativamente alta, e por isso, as estimações de pobreza são pouco úteis para trabalhos de análise social ou para políticas sociais. O Trabalho do BID resume os resultados dos diferentes estudos e apresenta duas estimações da linha de pobreza: uma baseada num ingresso de US\$60 *per capita* por mês, e a outra de um ingresso de US\$30 *per capita* por mês. Os dados do quadro 7 confirmam a conclusão de que a incidência da pobreza é um problema muito serio no Paraguai onde entre 28% e 32% das famílias se encontravam a princípios da década dos 90 por debaixo da linha de pobreza definida como ingresso *per capita* de US\$60 por mês. Este quadro também confirma que o problema da pobreza se encontra focalizado na área rural, onde a incidência se mantém a níveis extremamente elevados de entre 55% e 65% das famílias residente no campo, bastante mais alta que nas regiões urbanas onde alcança 15% e 25% das famílias.

Quadro 7: Extensão da Pobreza no Paraguai nos anos 90 (% de Famílias)

Área Geográfica	Extrema Pobreza (US\$30)	Pobreza (US\$60)
Área Metropolitana de Assunção	3 a 6%	15 a 25%
Outras áreas Urbanas	10 a 15%	15 a 25%
Áreas Rurais	20 a 40%	55 a 65%
Total do Pais	15 a 25%	28 a 32%

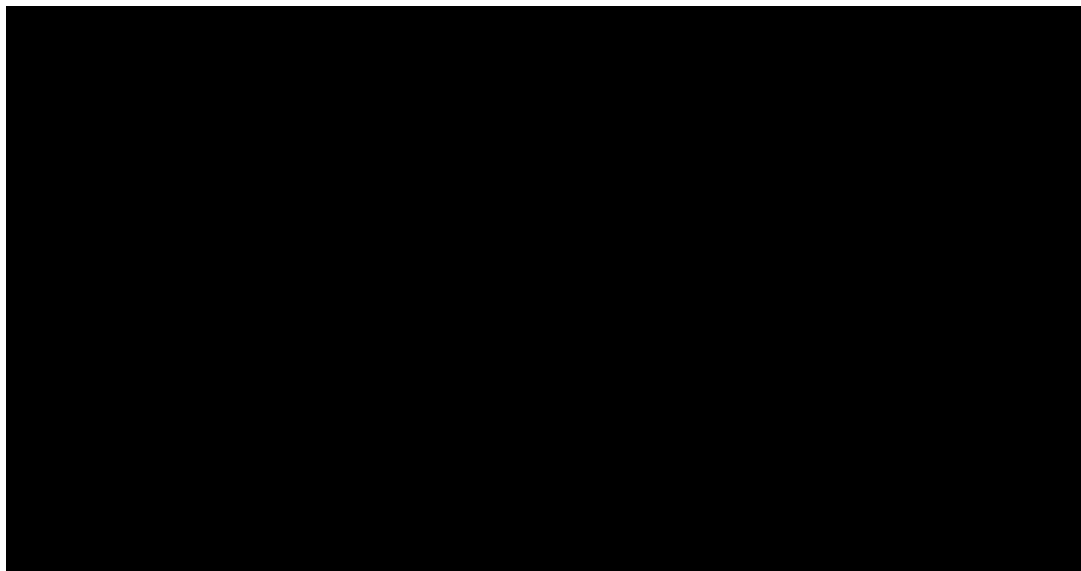
Fonte: BID, 2008.

Seguindo uma análise por períodos, e por fim, analisando um período de dez anos de 1997-2007 se terá assim uma clara e atual situação da pobreza no Paraguai, na figura 9 vemos em percentagens a grave situação dos pobres. Para o ano 1997 existia 32,1% de pobres, entre pobres extremos (14,8) e não extremos (17,3) e para o ano 2007 esse valor aumentou para 35,6% no total de pobres, entre pobres extremos (19,4) e não extremos (16,3). Ou seja, as políticas de pobreza foram totalmente ineficazes. Em dez anos o índice voltou a ficar em índices de começos dos 90, resultando numa péssima situação.

Ainda que desde o ano 2002, com o último governo do Presidente Nicanor Duarte com forte investimento social esse índice diminuiu em 10,8 por cento (total de pobres), tanto para os pobres extremos e não extremos.

O atraso das políticas públicas contra a pobreza é um assunto de extrema urgência no Paraguai.

Figura 13: Tendência da População em Estado de Pobreza. 1997-2007.



Fonte: Gabinete Técnico, Ministério da Fazenda. Dados DGEEC, 2007.

3.5 ASPECTOS ESTRUTURAIS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nesta seção será focado o nível da estrutura básica de saneamento primário das condições de moradia da população, dentro da cobertura de percentagem das moradias com sistema de água encanada, sistema de esgoto e o serviço de luz elétrica.

Estes dados são importantes, pois se relaciona de maneira direta com a qualidade de vida da população por ter relação ao estado de bem-estar das pessoas. Segundo a CEPAL durante toda a segunda metade do século XX, o crescimento das necessidades foi muito maior que a dos recursos existentes, pelo que se foram acumulando graves lacunas de necessidades básicas por satisfazer.

3.5.1 Condições de Moradia

A partir do quadro 8, observa-se que o nível da qualidade de moradia no Paraguai, veio apresentando uma piora expressiva no que tange à cobertura dos serviços de água encanada e sistema de esgoto, isto para a zona urbana. Do período 1990 de ter uma cobertura

de 68,0% e 38,3%, respectivamente, ao contrario de ter uma maior abrangência este apresenta uma queda 4,7% e 19,3% seguindo a mesma ordem. Os dados apresentam que a partir de 1995 se inclui a zona rural, mas os dados apresentam uma cobertura extremamente incipiente para esses dois serviços básicos. Já a cobertura de luz elétrica manifesta-se de forma diferente, a cobertura desde o principio dos dados encontrados (1990) oferecem uma ampla cobertura, isto continua para os demais anos tanto para a região urbana e rural.

Quadro 8: Indicadores de Moradia do Paraguai 1990-2005

	1990			1995			2005		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Água encanada	68,0	-----	----	63,3	8,3	38,0	78,5	32,7	60,4
Sistema de esgoto	38,3	----	----	19,0	0,1	10,3	15,1	0,1	9,1
Luz elétrica	97,3	----	----	96,5	55,1	77,5	98,4	89,0	94,7

Fonte: Elaboração do autor. Dados primários CEPAL.

Os indicadores de moradia ajudam a conhecer a realidade social de determinada região ou país e contribuem para a avaliação do impacto de políticas e programas, indicando as necessidades mais urgentes a serem combatidas pela atuação do poder público. É de caráter urgente que essas políticas públicas sejam direcionadas para a população, na ampliação destes serviços. Os índices são claros, as necessidades são vistas a simples vista. Portanto, neste novo milênio não é possível que nem 10% das moradias não possuam um sistema de esgoto ou mesmo que tão só um 60% da população tenha acesso a água encanada.

3.6 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

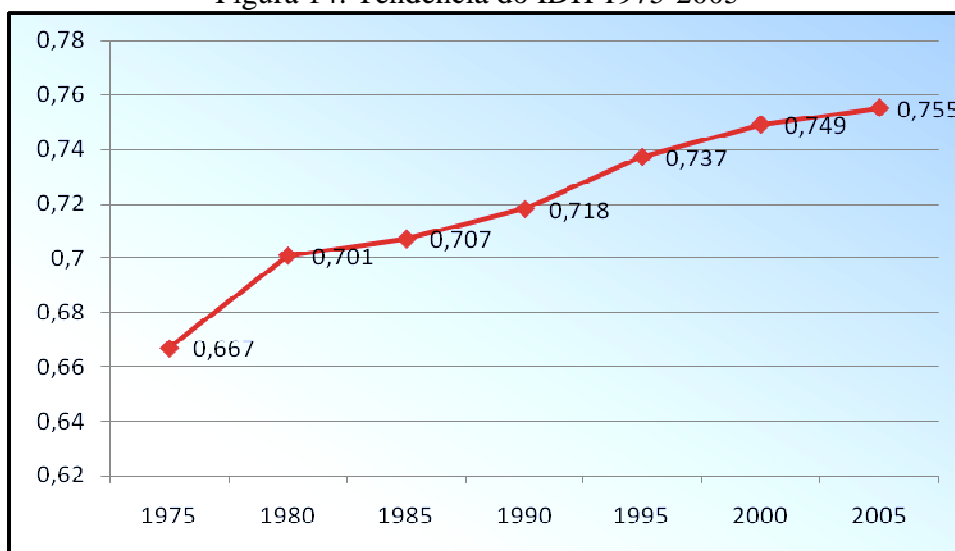
O IDH é um avanço importante para o estudo do desenvolvimento tanto de regiões de um país como para uma análise global de uma nação. Este índice permite ir mais além de medir somente o ingresso individual como é o caso do PIB *per capita*, através deste (IDH) podemos analisar realmente si o ingresso *per capita* cresceu, ver se esse crescimento chegou a elevar o nível de bem estar da população, qualificando o nível de educação, esperança de vida ao nascer, alfabetização entre outros.

A leitura do indicador se determina pela faixa numérica variando de zero até um, sendo que, quando seu valor é igual a zero significa que não há desenvolvimento e quando seu valor é igual a um significa que o desenvolvimento é total. Pode ser classificada da seguinte maneira:

- Quando o IDH está entre 0 e 0,499, é considerado baixo;
- Quando está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio e;
- Quando está entre 0,800 e 1 é considerado alto.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Paraguai tem evoluído constantemente como pode ser observado na figura 14. Dentro do período analisado (1975-2005) a partir dos anos 80 o índice comportou-se de forma constante e sustentada variando de ano para ano numa taxa média de 0,02.

Figura 14: Tendência do IDH 1975-2005



Fonte: PNUD.

Fazendo uma análise por departamento, para ver qual região apresentou os melhores IDH se apresenta o quadro 9, onde se decompõe o índice nas variáveis que formam o mesmo. Tais dados correspondem ao ano de 2000 e 2001. Os valores de desenvolvimento são mais elevados para a capital (0,78) repetindo o mesmo resultado para os demais componentes do índice, os elementos que contribuíram para atingir esse nível foram, o índice de ingresso *per capita* e o de alfabetização. Já o pior desempenho (0,66) se encontra na região oriental, especificamente no departamento de *Canindeyu* onde em quase todos os valores apresenta menor desenvolvimento, com a pior taxa de matrícula (60,1) e o menor índice de esperança de vida (0,68).

Quadro 9: PARAGUAI IDH 2000/2001 por departamentos
(de maior a menor desenvolvimento)

Departamento	Taxa bruta de matrícula combinada	Taxa de alfabetização	Esperança de vida ao nascer*	Ingresso per capita**		Índice de:			Valor do IDH
				US\$ x ano	US\$ x ano (PPC)	Esperança de vida	Escolaridade	Ingresso	
Asunción	70,7	97,2	68,3	2.725	8.316	0,72	0,88	0,74	0,78
Central	70,3	94,2	68,3	1.666	5.084	0,72	0,86	0,66	0,75
Alto Paraná	65,1	91,6	67	1.893	5.777	0,70	0,83	0,68	0,74
Concepción	79,8	91,4	65,2	1.213	3.701	0,67	0,88	0,60	0,72
Misiones	76,9	90,4	66,3	1.192	3.638	0,69	0,86	0,60	0,72
Cordillera	72,8	91,4	66,3	1.045	3.188	0,69	0,85	0,58	0,71
Pdte Hayes	62,7	87,4	66,1	1.463	4.465	0,68	0,79	0,63	0,70
Paraguarí	73,4	88,3	66,3	1.073	3.275	0,69	0,83	0,58	0,70
Itapúa	61,7	89,2	65,9	1.125	3.433	0,68	0,80	0,59	0,69
Ñeembucú	65,1	87,5	66,5	1.063	3.245	0,69	0,80	0,58	0,69
Caaguazú	68,7	91,1	65,7	920	2.808	0,68	0,84	0,56	0,69
Guairá	73,2	87,5	65,5	863	2.633	0,68	0,83	0,55	0,68
Caazapá	65	84,8	65,3	1.089	3.325	0,67	0,78	0,58	0,68
Amambay	61,9	84,1	66,2	1.007	3.074	0,69	0,77	0,57	0,68
San Pedro	74,6	88,9	64,9	680	2.076	0,67	0,84	0,51	0,67
Canindeyú	60,1	79,4	65,6	1.088	3.319	0,68	0,73	0,58	0,66

Fonte: PNUD.

3.7 ÍNDICE DE QUALIDADE INSTITUCIONAL (IQI)

Dentre as tantas coisas que nossas sociedades modernas reclamam de seus governantes se encontram muito aquelas que se resumem nesta frase “igualdade de oportunidades”. No entanto, pensar que nesta dar-nos-emos conta, que, num sentido literal, é meio impossível atingi-lo. O conhecimento, assim como os talentos, as capacidades individuais e os recursos se encontram inevitavelmente dispersos.

Mas, se alguma vez se conseguira ter um governo que atingira tais objetivos, este seria um que não deixaria livre as liberdades individuais e até o respeito de muitos dos direitos que hoje foram alcançados, e são solicitados aos governos que respeitem e garantam os mesmos.

A função então poderia ser garantir certos resultados particulares a cada indivíduo sem gerar condições gerais nas que se tenham mais oportunidades para procurar, e eventualmente, qual queira que sejam nossos objetivos particulares (KRAUSE, 2006).

É assim apresentado este índice, e para tal será apresentado além da qualificação do país em estudo, a qualificação dos países do continente americano, aproveitando a oportunidade de inserir este índice na pesquisa de análise sobre o desenvolvimento sócio econômico. No caso do continente americano, em particular, de América Latina o Paraguai se encontra nas posições que aparecem no quadro 10.

Quadro 10: Posição Índice de Qualidade Institucional 2008, Continente americano e América Latina.

Continente americano				América Latina		
Posición 2008	Posición geral	País	Posición 2007	Posición 2008	País	Posición 2007
1	9	Canadá	2	1	Chile	1
2	16	Estados Unidos	1	2	Uruguay	2
3	22	Bahamas	4	3	Costa Rica	3
4	23	Barbados	7	4	Panamá	5
5	25	St. Lucia	5	5	México	6
6	26	Chile	3	6	El Salvador	4
7	30	San Vicente y las Granadinas	6	7	Perú	7
8	34	Puerto Rico		8	Brasil	8
9	37	San Kitts y Nevis	9	9	República Dominicana	14
10	46	Dominica	8	10	Colômbia	11
11	50	Antigua y Barbuda	11	11	Argentina	9
12	55	Uruguay	10	12	Nicaragua	10
13	57	Costa Rica	12	13	Bolívia	15
14	61	Granada	15	14	Guatemala	12
15	64	Belize	13	15	Honduras	13
16	65	Jamaica	14	16	Paraguav	16
17	66	Trinidad y Tobago	16	17	Ecuador	17
18	77	Panamá	18	18	Cuba	19
19	79	México	19	19	Venezuela	18
20	85	El Salvador	17	20	Haiti	20
21	86	Perú	20			
22	87	Surinam	24			
23	91	Brasil	21			
24	93	República Dominicana	29			
25	96	Guyana	27			
26	99	Colômbia	25			
27	103	Argentina	22			
28	116	Nicaragua	23			
29	120	Bolívia	30			
30	131	Guatemala	26			
31	133	Honduras	28			
32	135	Paraguay	31			
33	140	Ecuador	32			
34	155	Cuba	34			
35	174	Venezuela	33			
36	177	Haiti	35			

Fonte: *International Policy Network*. 2008.

Paraguai tão somente se situa entre os quatro últimos piores tanto da região continental quanto regional, só por debaixo de países que possuem realidades políticas muito diferentes a exceção do Equador, os demais países sabe-se que não possuem sistema democrático como é o caso de Cuba, portanto a liberdade é limitada pelo próprio modelo país, já no caso dos demais países não possuem políticas livres de forma a garantir as liberdades civis e institucionais.

Logo deste quadro apresenta-se na tabela 6, onde se estabelecem os componentes deste indicador e assim poder analisar os dados apresentados.

Tabela 6: Posição do Paraguai e dos demais países em cada indicador.

<i>País</i>	<i>Voz e Rendi- ção</i>	<i>Estado de Direito</i>	<i>Liberda -de Prensa</i>	<i>Corrupç ão</i>	<i>Fazendo Negócios</i>	<i>Com petiti vida- de.</i>	<i>Fraser</i>	<i>WSJ Heritage</i>
Chile	0.88	0.88	0.73	0.88	0.82	0.81	0.93	0.94
Uruguay	0.76	0.61	0.70	0.87	0.45	0.43	0.61	0.79
Costa Rica	0.74	0.65	0.87	0.75	0.36	0.52	0.79	0.68
Panamá	0.63	0.51	0.52	0.48	0.64	0.55	0.79	0.71
México	0.52	0.40	0.47	0.60	0.76	0.61	0.69	0.70
El Salvador	0.48	0.38	0.52	0.63	0.62	0.49	0.88	0.82
Perú	0.51	0.26	0.56	0.60	0.68	0.35	0.74	0.60
Brasil	0.59	0.41	0.56	0.60	0.32	0.45	0.29	0.56
República Dominicana	0.54	0.40	0.59	0.45	0.45	0.27	0.42	0.37
Colombia	0.42	0.30	0.34	0.63	0.63	0.48	0.21	0.54
Argentina	0.57	0.36	0.49	0.42	0.39	0.35	0.13	0.40
Nicaragua	0.43	0.26	0.51	0.32	0.48	0.15	0.46	0.62
Bolívia	0.45	0.20	0.61	0.42	0.21	0.20	0.51	0.29
Guatemala	0.40	0.14	0.38	0.39	0.36	0.34	0.69	0.57
Honduras	0.38	0.21	0.43	0.27	0.32	0.37	0.58	0.52
Paraguay	0.35	0.18	0.39	0.23	0.42	0.08	0.46	0.37
Ecuador	0.37	0.16	0.53	0.17	0.28	0.22	0.21	0.31
Cuba	0.07	0.20	0.02	0.66				0.01
Venezuela	0.29	0.06	0.19	0.10	0.03	0.25	0.04	0.08
Haití	0.15	0.02	0.22	0.02	0.17		0.29	0.15

Fonte: *International Policy Network*. 2008.

A partir do último quadro e tabela apresentada poder-se-ia analisar a qualidade das instituições de países da região que permite este índice, mas sendo o foco de análise o Paraguai a análise ficara restrita a este último.

Em quanto aos componentes do IQI, o Paraguai se encontra em posições pouco desejadas por qualquer analista social ou autoridade política. Na verdade é o espelho da qualidade das diversas instituições individuais de um regime democrático em processo de afirmar-se, como é o caso do Paraguai. No índice de estado de direito, garantias de propriedade privada, a qualificação é de tão só 0,18; o índice de corrupção de 0,23; um índice de competitividade (acesso a mão-de-obra qualificada, matérias primas, entre outras) praticamente nula de 0,08 terminando assim no décimo sexto lugar entre vinte países da América Latina. O único índice em que se situa com boas perspectivas é no ambiente de negocio 0,42, ficando na media entre o resto dos países latino americanos.

Portanto, a qualificação melhor se obtém nos índices de Liberdade Econômica (últimos quatro) e a pior nos índices de Estado de Direito.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE COMPARATIVA PERIÓDICA DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO PARAGUAI

Após ter apresentado os dados e as características gerais sobre a realidade histórica (1970-2005) sócio-econômica do Paraguai chega-se ao objetivo deste trabalho que é a análise do desenvolvimento sócio-econômico do Paraguai.

O estudo será feito através de uma análise evolutiva e comparativa dos indicadores em épocas distintas e, desta forma, se tentará identificar os diferentes períodos de governo, o que constitui um dos objetivos do trabalho.

O capítulo será dividido em nove seções. A primeira delas é análise da situação populacional e sua composição futura, nela se procurará desvendar a estrutura laboral atual e futura, assim como, identificar os possíveis entraves à organização e o seu nível de ocupação e desemprego, tanto oculto como visível ou voluntário. Na segunda seção, se analisará o nível educativo da população e o nível de instrução do PEA do país através de níveis de qualidade de ensino, alfabetização e repetência.

Para a terceira seção, se têm como foco a condição da saúde, o que inclui os índices de natalidade, mortalidade, densidade de médicos por habitantes e níveis de expectativa de vida. Na quarta seção o Índice de Desenvolvimento Humano será fragmentado com seus componentes, o que revelará a qualidade do crescimento.

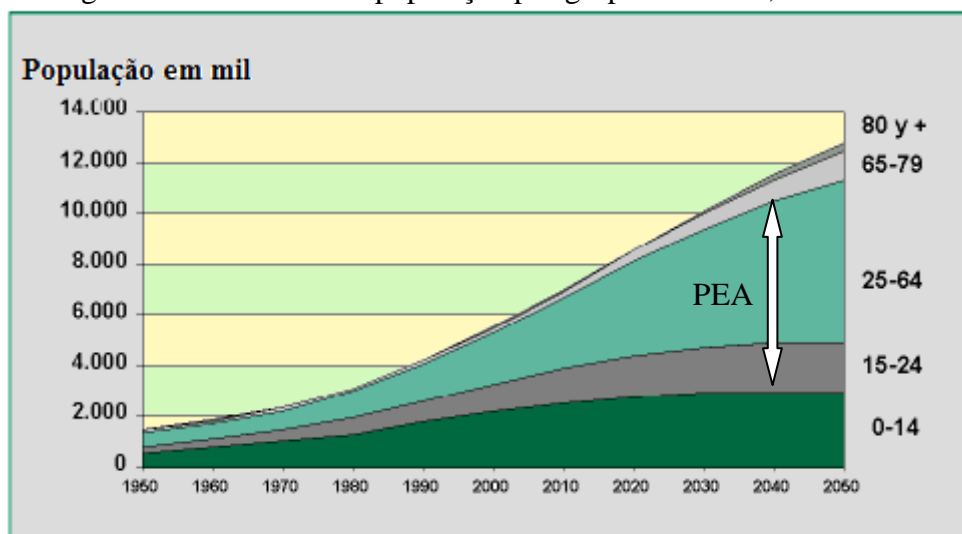
Na seção quinta se analisará a pobreza de forma evolutiva. A sexta seção verificará a qualidade de moradia e seus componentes, tais como, número de famílias que contam com sistema de esgoto, acesso à água potável e por último coleta de lixo. A distribuição de renda será analisada na sétima seção, e finalmente na oitava seção o comportamento do PIB e o PIB *per capita*.

4.1 Trabalho.

As mudanças demográficas que se pronunciam no Paraguai, à luz das estimações e projeções de população, permitem apresentar pelo menos três cenários da estrutura por idade bem diferenciada: o das crianças e adolescentes que estão (ou deveriam estar) plenamente integrados aos processos de socialização e educação; o das pessoas que começam a participar ou já estão participando de forma ativa na produção (população de 15 a 64 anos); e por último, o das pessoas que já cumpriram seu ciclo trabalhista e entram para a idade de retiro, ou seja, pensão ou aposentadoria (65 anos e mais).

Como pode se observar na figura 15, três fenômenos importantes perfilam nos próximos decênios que demandarão a atenção das políticas de desenvolvimento. Caso não seja confrontado, tais dificuldades inicialmente aumentarão no decorrer do presente século.

Figura 15: Tendência da população por grupo de idades, 1950-2050.



Fonte: DGEEC. MECOVI.

Em primeiro lugar, aprecia-se que num lapso de tempo médio que decorre entre o ano de 2000 a 2050, o aumento do número de crianças e adolescentes tendem a se estabilizar para começar a declinar nesse último decênio. Apesar disso, representam ainda um número dentre 2 e 3 milhões de pessoas menores que povoarão o país e requererão altos níveis de cobertura de saúde nos primeiros anos de sua vida, e requererão também serviços de educação que inicia aos seis anos de idade, mas cuja demanda cresce à medida que avançam para as idades maiores.

Em segundo lugar, o Paraguai chegará à metade do século entrante com quase 1 milhão e meio de pessoas em idade adulta, que estará em situação de retiro trabalhista. As necessidades de serviços de saúde e segurança social desta faixa da população são bastante claras, mas também deve-se considerar que uma percentagem da mesma desejará (ou terá necessidade de) se manter em atividade e que o sistema econômico terá que prever a satisfação da diversa gama de demandas que exercerão, onde a cada uma pessoa, em idade madura, corresponderá a cada cem habitantes que terá o país.

Por último, como elemento destacado do dinamismo do processo demográfico que já começou a se desenvolver, iniciará com um contingente de mais de 3 milhões de pessoas em idades ativas (PEA), porém com um agregado de cada decênio de mais de um milhão de pessoas que fará com que ao término de 50 anos, seu tamanho tenha-se incrementado em quase 170% , para chegar ao redor de 8,5 milhões, isto segundo a Direção de Estatística do Paraguai.

Um problema atual da população ativa é o escasso índice de crescimento da oferta formal de trabalho, isto é refletido na taxa de desemprego oculto ou na subocupação da mão-de-obra como foi mostrado no ponto 3.4.1, representando para o ano 2000 em quase 20% do PEA. A taxa de desemprego continua sendo alta, não apresentando melhoras contundentes para diminuí-la, assim para o ano de 2000 representava 14,3%, e hoje 2008 esta se reduz em tão só 2,9% ficando em 11,4%²⁴.

Toda esta mudança reforça mais ainda a idéia de ter que acompanhar e articular as políticas de desenvolvimento com políticas demográficas e de fortalecimento da oferta de trabalhos formais. O Estado deve ter uma postura firme para criar as condições de gerar esse ambiente de negócios, deve afiançar as oportunidades e garantias necessárias que mudem a informalidade do mercado laboral do país, investindo também em escolas técnicas que instruem a essas pessoas que precisam de conhecimento técnico. Esta é representada na figura 6 no ponto 3.4.2, somente 9% do PEA é considerado profissional, ou seja, praticamente o setor formal não conta com muitas pessoas formadas para contratar, virando assim um círculo vicioso.

²⁴ Indexmundi. Ver outras taxas comparativas de referencia à força laboral para 2008. Disponível em <http://www.indexmundi.com/pt/paraguai/forca_laboral.html>

4.2 Educação versus trabalho

Investimentos na educação em todos os níveis, enquanto ajudam a gerar crescimento, também contribuem para a acumulação de capital humano e bem-estar.

Os indicadores de educação em relação à percentagem de analfabetos não são muito alentadores, estes melhoraram quantitativamente, tendo como parâmetro o estabelecido pela UNESCO, que fica em 5% como limite máximo desta categoria. Tendo em vista que o Paraguai não fica muito afastado desta meta, esta fica atualmente (dados de 2007) em 5,1%, mas este é o limite “MÁXIMO” não sendo nada alentador. Um elevado índice de repetência escolar nos primeiros ciclos, figura 8 são indícios da má qualidade dos professores e da infraestrutura oferecida aos alunos. Os índices de educação apresentam pior situação para quem se estabelece nas áreas rurais, por exemplo, o nível de analfabetos é de 8% sendo para as zonas urbanas cinco pontos percentuais a menos. É uma clara desvantagem para quem fica no campo podendo até criar uma corrente migratória para as cidades, especialmente à capital, sabendo que as oportunidades e a qualidade do ensino são mais vantajosas. Em outras palavras, o ensino deve ter equidade e inclusão.

Quando vemos os índices da qualidade educacional ou o grau de instrução das pessoas ocupadas, prova-se que a um nível de educação maior, melhor condição de trabalho ou de cargos é atingida (ver figura 9, ponto 3.4.2). Ao passar do nível secundário ao terciário, observa-se que o nível de participação dos homens aumenta em 12,4 pontos (80,4% a 92,8%), enquanto o das mulheres aumenta em 40 pontos, dando preferência as mesmas. Portanto, surgem três questões relevantes adicionais sobre a educação da força laboral: (a) quanto mais alto é o estrato de rendimento da mão-de-obra maior é seu nível de escolaridade (86 % dos trabalhadores do quintil mais pobre não têm mais de 6 anos de educação, enquanto quase a metade da força trabalhista do quintil mais alto tem pelo menos algum grau de educação secundária ou superior); (b) as mulheres trabalhadoras têm em média mais anos de estudos que os homens devido fundamentalmente à maior proporção de mulheres com educação superior com respeito aos homens; e (c) os desocupados em média têm mais escolaridade que os ocupados devido a que nos primeiros predomina o nível primário de educação e nos segundos o nível secundário (ROBLES, 2002).

4.3 Saúde

Este é um dos principais indicadores que diz respeito à qualidade de vida do desenvolvimento humano. Os indicadores da saúde paraguaia vêm apresentando leves melhoras ao longo do tempo. Em todas as categorias se determina um comportamento positivo. O aumento na expectativa de vida, obteve um crescimento considerado no último período, passando a viver mais - tanto homens quanto mulheres - em torno de 3 a 4 anos, (1992 a 2002), o mesmo ocorreu com os valores para a mortalidade infantil, no qual se reduziu em 21% ficando agora numa relação de para cada 37 crianças por mil nascidos. Para a taxa de mortalidade bruta houve o mesmo comportamento, este se reduz em praticamente 21% ficando numa relação de para cada 5 por cada pessoas por mil nascidos.

Ainda que, durante os períodos anteriores houve um progresso incipiente, este pode ser atribuído ao sistema repressivo e nitidamente concentrador de renda e desigual que se desenvolveu durante a ditadura.

Quadro 11: Evolução dos indicadores de Saúde
1972-2002 – (%)

Indicadores	Períodos		
	1972-1982	1982-1992	1992-2002
Esperança de vida ao nascer (anos)			
Homens	1,2	1,1	5,3
Mulheres	1,5	1,4	5,2
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	-6	-9,4	-21,6
Taxa bruta de mortalidade (por mil)	-15,4	-5,4	-20,9

Fonte: Elaboração do autor. Dados primários DGEEC, PNUD.

Os processos responsáveis pelo aumento da longevidade são resultados, em parte, de políticas e incentivos promovidos pela sociedade e pelo governo e do progresso tecnológico (SILVA, 2007), e a população que mora nas zonas urbanas são as que recebem com maior intensidade estes benefícios.

4.4 IDH

Após analisar os aspectos da educação e da saúde, percebe-se que a melhora dessas variáveis incidiu de forma positiva no desenvolvimento humano no país, medido pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Quadro 12: Evolução da Composição do IDH do Paraguai
1990-95 e 2000-05 – (%)

<i>Indicador</i>	1990-1995	2000-2005
IDH	2,6	0,8
Esperança de vida ao nascer	1,3	1,4
Taxa de alfabetização	1,8	1,2
Renda <i>per capita</i>	5,2	2,8

Fonte: Elaboração do autor. Fonte dados primários: PNUD e ALADI.

O quadro 12 mostra uma leve melhora para o primeiro período sendo o rendimento da renda como o índice de maior peso para o mesmo, o mesmo desempenho segue para o seguinte quinquênio. No que se refere à expectativa de vida praticamente não houve variação e no que tange à educação sim houve um declínio como foi mostrado nos aspectos de análise nos tópicos anteriores.

Já entre períodos houve uma clara piora na maioria dos indicadores - tais como, IDH, alfabetização e renda *per capita* - isto pode ser salientado por motivos da crise do ano 2002 no setor rural, mas o desempenho da economia voltou a crescer para o ano de 2007 o que poderia induzir numa recuperação nos índices de desenvolvimento humano para os períodos seguintes.

4.5 Pobreza

Este item mostra o desempenho dos níveis de pobreza da população pobre tanto como: pobres extremos ou indigentes, como os não extremos. A pobreza é uma variável que também se reflete em outros indicadores, como educação, saúde e o próprio IDH. No Paraguai os índices de pobreza são alarmantes, fazendo uma análise de dez anos (1997-2007).

Nota-se no quadro abaixo que a situação da pobreza no Paraguai é cada vez mais aguda. A quantidade de pobres aumentou de 14,8% para 16,3% e se faz mais preocupante o

aumento dos indigentes, praticamente de cada 100 pobres 20 são extremamente pobres, ou seja, não podem suprir nem as necessidades básicas para viver.

Quadro 13: Comparação dos indicadores de Pobreza
1997-2007 – (%)

Pobreza	1997	2007
Pessoas pobres	14,8	16,3
Pessoas indigentes	17,3	19,4

Fonte: Elaboração do autor. Gabinete Técnico, Ministério da Fazenda. Dados DGEEC, 2007.

O percentual do avanço da pobreza representa 10%, e de 12% para os pobres extremos, pode ainda se induzir que este aumento de pessoas em condição de indigência é formado por uma fatia que era pobre e não conseguiram sair dessa condição e hoje passam a ter mais necessidades ou uma condição de vida qualitativamente piorada.

Quadro 14: Evolução dos indicadores de Pobreza
1997-2007 – (%)

Pobreza	1997 - 2007
Pessoas pobres	10
Pessoas indigentes	12

Fonte: Elaboração do autor. Dados primários quadro 13.

Este fenômeno pode ser atribuído ao estancamento ou retrocesso que se tem produzido nos começos do ano 2000, assim como o aumento do desemprego, além do controle da inflação e do aumento do gasto público no setor social, que tiveram uma força contrária à recessão. Segundo informes da CEPAL, o gasto público social por habitante aumentou duas vezes e meia entre 1990-1991 e 1998-1999. Este gasto em relação ao PIB é de 7,4% para o período mencionado, considerado baixo para a região. Este crescimento no gasto social atribui-se à expansão do gasto público para este rubro e não somente ao crescimento econômico dos últimos anos, mas pelos resultados obtidos ainda não é suficiente.

O paradoxo desta situação é que, enquanto uns apontam as grandes iniquidades na distribuição de benefícios sócias no Paraguai e defendem a necessidade de uma reforma que distribua melhor os recursos existentes e atenda de preferência aos mais necessitados, muitos

políticos, e a opinião pública como um todo, não consideram esse o problema central. Preferindo enfatizar a necessidade de ampliar os benefícios para todos, os recursos públicos seriam ilimitados, mas, mesmo se existissem limites, eles seriam explicados pela corrupção, ou pelo atendimento privilegiado a grupos fortes de interesses particulares.

4.6 Moradia

A partir do que foi assinalado no ponto 3.5.1 as condições de moradia no Paraguai - como indicadores de água encanada, residência com sistema de esgoto e serviço de luz elétrica - apresentaram avanços, sendo o único em regressão o da cobertura de sistema de esgoto.

Em 2005, 60% da população total possuíam água encanada, só 9% sistema de esgoto e uma parcela alta (quase 95%) contava com luz elétrica (quadro 15).

Quadro 15: Comparação dos indicadores de Moradia do Paraguai
1995-2005 – (%)

	1995			2005		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Água encanada	63,3	8,3	38,0	78,5	32,7	60,4
Sistema de esgoto	19,0	0,1	10,3	15,1	0,1	9,1
Luz elétrica	96,5	55,1	77,5	98,4	89,0	94,7

Fonte: Elaboração do autor. Dados primários CEPAL

Por fim, ao avaliar a variação da cobertura destes serviços básicos de moradia nota-se que o aumento da rede de água encanada avançou de forma expressiva no setor rural (293,9%), já no setor urbano este acompanhou o aumento da população nos centros metropolitanos. O mesmo não pode ser dito para um estado crítico da rede sanitária, onde do sistema de esgoto encontra numa situação claramente inadequada para os tempos de hoje, e logicamente para se alcançar um desenvolvimento tanto urbana como rural sustentável. A variação entre períodos foi totalmente contrária aos demais serviços, este não acompanhou a expansão dos centros urbanos regredindo em mais de 20% e não tendo alteração nenhuma no setor rural. Mais do que isso, a rede elétrica avançou de forma considerada chegando a uma

cobertura a nível país quase plena, o que levou a um aumento de cobertura por ano de 2,2% para o período (quadro 16).

Quadro 16: Variação dos indicadores de Moradia do Paraguai 1995-2005 – (%)

	1995-2005		
	Urbano	Rural	Total
Água encanada	24	293,9	58,9
Sistema de esgoto	-20,5	0	-11,6
Luz elétrica	1,9	61,5	22,2

Fonte: Elaboração do autor. Dados quadro anterior.

Neste sentido, a moradia é considerada como uma das necessidades básicas da vida do homem, onde a informação sobre a disponibilidade e condições das mesmas, provém conhecimento sobre a forma de vida da população. É assim que pode concluir que as condições de moradia da população paraguaia são claramente desvantajosas para o setor rural, como já foi mostrado em outros aspectos de desenvolvimento social. Portanto, isto impede que essas pessoas não tenham acesso aos serviços básicos prestado pelo Estado, o que compromete uma condição de vida de forma sustentável, sendo a parcela mais afetada a dos grupos mais carentes.

4.7 Distribuição de Renda

Nesse item se trata sobre o índice de Gini (nível país). Este mostra que o comportamento da concentração da riqueza vem se agravando desde os anos 90 para 2001, e demonstrando uma leve melhora no último período de análise.

O quadro a seguir mostra o índice entre períodos.

Quadro 17: Comparação do Indicador da Distribuição de Renda entre períodos 1990-2005

Distribuição de Renda	1990	2001	2005
Índice de Gini	0,527	0,57	0,536

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados primários CEPAL

Entre os anos 90 e 2001 houve um deterioro no que tange à distribuição da renda no Paraguai, mas mostra ainda que no quadro 18 o ano de 2005 se recupera, praticamente índices de equidade dos anos 90. Por isso, se faz relevante mostrar um período menor de dez anos como foi o caso da primeira análise. Isto é representado pelo quadro abaixo.

Quadro 18: Evolução do Indicador da Distribuição de Renda entre períodos 1990-2005 (%)

Indicador	1990 - 2001	2001-2005
Índice de Gini	8	-7

Fonte: Elaboração do autor. Dados primários quadro anterior.

O deterioro do índice em 8% entre os anos de 1990-2001 indica um aumento da concentração, mas se fez importante introduzir à análise a queda de quase 7% num período muito menor, o que pode induzir um sinal positivo na desconcentração da riqueza no país.

Além de utilizar fontes de dados diferentes, a maioria dos estudos coincide que a distribuição de renda no Paraguai é extremamente desigual, ficando entre os piores da América Latina. A maioria dos estudos regionais e nacionais – com a exceção do estudo realizado pelo Banco Mundial – estima coeficientes de Gini para a distribuição do ingresso que oscilam entre 0,50 e 0,58. Não foi encontrado, porém estudos que indiquem se essa concentração se dá de maior forma no setor urbano ou rural.

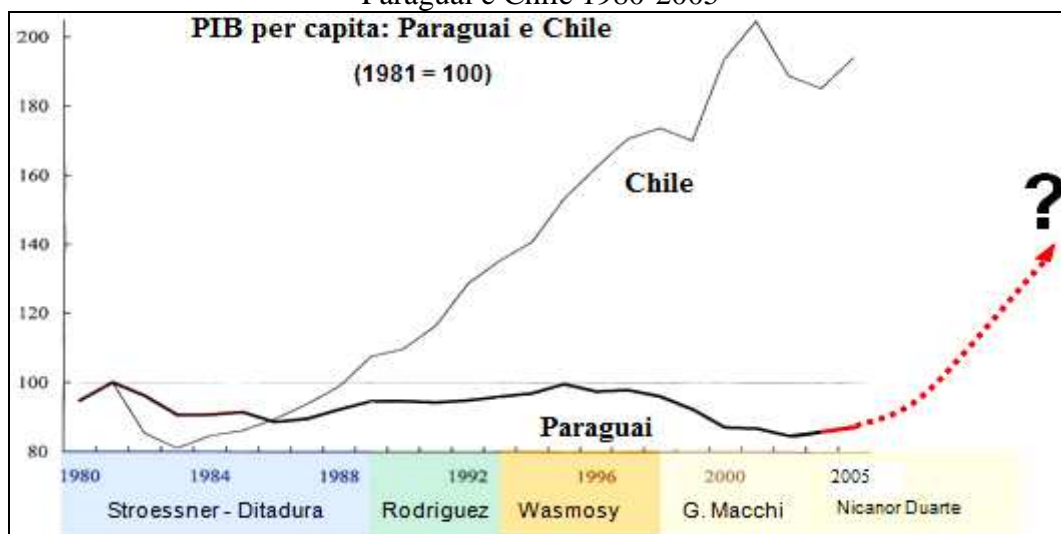
4.8 Produto Interno Bruto

A análise do PIB *per capita* se faz logo de ter uma análise dos índices sociais e de sustentabilidade. Este indicador será analisado cumprindo um dos objetivos deste trabalho o

qual é de fazer uma síntese por quinquênio, tentando desvendar que período governamental aportou para o crescimento econômico da renda do país.

Ao fazer um estudo dos últimos anos do governo ditatorial para ao passo do que segue a democracia, e entre estes os diferentes períodos governamentais, vemos que quase nada foi feito, ou se foi atingiu um grau de estabilidade econômica praticamente linear que perdura já por 25 anos (figura 16).

Figura 16: Comparação evolutiva PIB *per capita* entre Paraguai e Chile 1980-2005



Fonte: Gabinete Técnico do Ministério da Fazenda, 2006.

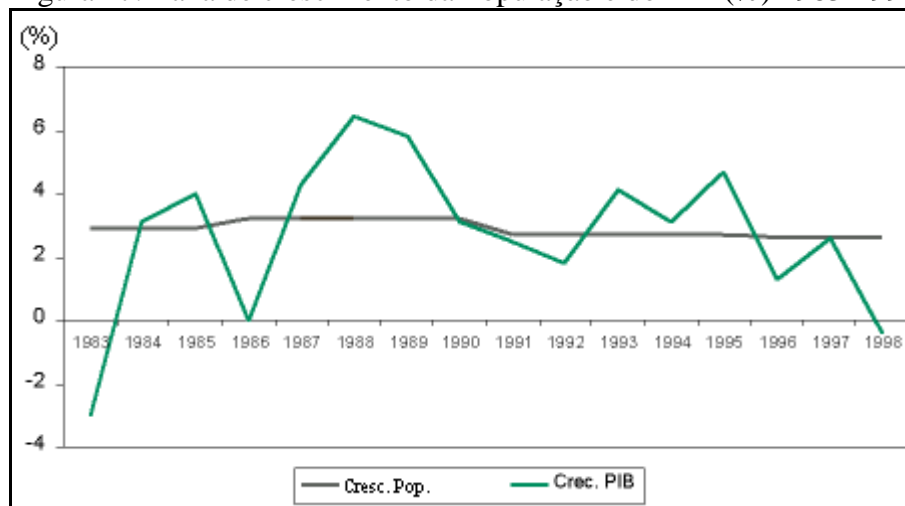
Após crescer a uma taxa média anual de 10,4% em 1979-81, o PIB se reduz quase um 4% em 1982-83.²⁵ Por contra parte, o produto *per capita* caiu 3,6% e em 5,9% em 1982 e 1983 respectivamente (veja Quadro Anexo 1). Com o efeito expansivo adicional ocasionado pela construção de grandes complexos hidrelétricos com Brasil e Argentina, o PIB cresceu numa media anual de 8,7% nos anos 70, e o ingresso *per capita* mais que se duplicou no período 1960-1980.

O crescimento do PIB se reduz preponderantemente nos primeiros anos dos 80, em média de 3,2% ao ano nessa década. Isto dado ao elevado crescimento demográfico (3%), o PIB *per capita* se reduz em 0,1% anual nesse período. Na segunda metade dos 80 a política econômica toma uma nova direção na tentativa de obter um crescimento sustentado. Seguindo tendências internacionais, Paraguai adotou uma estratégia de abertura e de minimizar as

²⁵ Outros cálculos sugerem que as estatísticas oficiais subestimam a profunda recessão. Utilizando preços constantes de 1977, por exemplo, o Departamento de Comercio dos Estados Unidos tem estimado que o PIB caiu um 5,5% em 1982 e um 10% em 1983 (veja-se CEPAL, *Economic Survey*, 1985).

atuações do governo, minimizando-o e abrindo o país para o mercado exterior que incluiu o ingresso ao MERCOSUL, a redução das barreiras comerciais, o encolhimento do setor estatal, tentativas de transformação do sistema impositivo, reforma do setor financeiro, entre outras. Os resultados, no entanto, têm sido menos prometedores com relação ao esperado e o PIB cresceu a uma taxa anual de tão só 2,8% na primeira metade dos anos 90, deixando assim o produto *per capita* no mesmo nível de 1980. Ver figura 17.

Figura 17: Taxa de crescimento da População e do PIB (%) 1983-1998



Fonte: MECOVI.

A causa deste desempenho negativo da economia paraguaia pode ser atribuída à recessão mundial da época com a correspondente queda dos preços internacionais e da demanda externa por produtos agrícolas. As más condições climáticas, resultando em baixos rendimentos no setor rural, e a finalização da construção do complexo hidrelétrico de Itaipu. Para o ano de 2000, durante o governo do Presidente González Macchi outro abalo agrícola ampara a forte queda no crescimento econômico. Condições climáticas limitaram o desempenho do setor mais importante da economia, derrubando o PIB em 3,3% para o mesmo período, além dessa problemática soma-se uma crise política aguda que resultou numa tentativa de Golpe de Estado, deixando de lado o setor econômico nacional que somente agora (2008) parece apresentar sinais de recuperação clara, com o PIB de 2007 crescendo a uma taxa de 6,6% sob a condução do Presidente Nicanor Duarte.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O objetivo geral deste trabalho foi diagnosticar a qualidade do desenvolvimento sócio-econômico do Paraguai entre 1970 e 2005. Para isso sustenta-se na base teórica que foi elaborada em cima do foco de análise da agenda, para o desenvolvimento com qualidade elaborado pelo Banco Mundial, onde se destaca o texto “A Qualidade do Crescimento” (THOMAS *et al.*, 2000) e “Desenvolvimento e Redução da Pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2004). A partir do conjunto de idéias ali presentes foi elaborada uma lista de variáveis que compõem a análise do nível de desenvolvimento, e não só o desenvolvimento, mas a qualidade e a forma em que esse processo de crescimento é dado. A teoria contida neste texto, afirma que somente o crescimento do PIB não gera desenvolvimento. São necessários a evolução e o acompanhamento de outros indicadores que medem a sustentabilidade e também aspectos sócio-econômicos. Além disso, é preciso analisar se o crescimento do produto nacional chega até a população de determinada região ou a nível nacional.

Dependendo do contexto econômico e institucional de cada país, existe atualmente uma coincidência ampla em que para o logro dos propósitos do processo de desenvolvimento, a qualidade dos recursos humanos é tanto ou mais importante que sua quantidade. As possibilidades de formação dos recursos humanos tendem a se restringir quando se eleva o ritmo de incremento demográfico. No entanto, o logro de metas exclusivamente demográficas não se manifesta automaticamente num avanço do processo de desenvolvimento econômico e social; um descenso da fecundidade pode contribuir a atenuar o ritmo de crescimento da população, mas não assegura, por si só, o passo para melhores condições de vida (Villa, *Ibid.* 1997). Nesse mesmo contexto Souza (2005) diz que o problema está no crescimento do PIB, sendo que este deve ser superior ao nível de crescimento demográfico para garantir o desenvolvimento do país. Mas, foi demonstrado que nem o aumento demográfico, nem o controle da fecundidade e muito menos o mero crescimento econômico derivam em melhores condições de vida da população.

O Paraguai encontra-se submerso num prolongado processo de estancamento econômico, que é refletido no desempenho do Produto Interno Bruto (PIB). Um aspecto que merece uma atenção especial constitui o fato de que, concomitantemente a esta situação sócio-econômica desfavorável, segue mantendo-se um elevado crescimento demográfico que para o período analisado apresentou uma taxa média geométrica de crescimento de 2,7%. O crescimento médio do PIB no último decênio foi só de 1,6% anual, consideravelmente inferior

aos crescimentos médios de 8,2% e 4,0% durante as décadas de setenta e oitenta, respectivamente.

Certamente, ao analisar os indicadores de pobreza, a incidência desse desempenho desequilibrado e insuficiente da economia arrastou a uma maior parcela de indivíduos para a faixa de pobreza e ainda, o que é mais degradante que aquelas pessoas que quiseram ou puderam tentar sair da faixa da pobreza regrediram para a faixa de indigência. Fato demonstrado pelo aumento de 12% para esta categoria nos últimos anos (1997-2007) e pelo aumento do número de pobres em 20% para o mesmo decênio. Todos os outros estudos de importância concordam com que a incidência da pobreza é um problema sério no Paraguai, focalizado principalmente na área rural. A informação disponível permite concluir que pelo menos 29,6% das famílias encontravam-se abaixo da linha de pobreza em 1992 – 45,1% na área rural e 18,3% na urbana – e que pelo menos 12,6% se encontravam por baixo da linha de indigência – 23,2% na área rural e 4,1% na urbana. A evidência também sugere que, se a percentagem de pobres na população total permanecesse relativamente estável durante os últimos 10-15 anos, os pobres se tornariam ainda mais pobres no Paraguai na década dos 90 por não conseguirem sair da condição de pobreza.

Parece claro, que o problema da pobreza não pode ser resolvido somente com o crescimento econômico, já que se estima que a brecha de pobreza representa entre 4,7% e 13,2% do PIB, e que a brecha de indigência representa entre 0,9% e 6,1% do PIB (SAUMA, 1993, 44).

No que diz respeito aos aspectos sociais, Thomas (2000) destaca a educação mais equitativa, maior igualdade entre gênero, melhor saúde, nutrição, etc., como outros aspectos cruciais no processo de crescimento qualitativo. Os resultados das análises feitas neste trabalho apresentaram uma leve melhora excetuando a educação. Com respeito a este último, foi feita uma análise da educação da PEA, apresentando esta um nível de instrução muito baixo, somente 9% da mão-de-obra total possui nível de instrução terciário. O restante está dividido entre o nível primário e o secundário, indicando desvantagens na luta por melhores condições salariais e práticas de vida. O mesmo induz a pensar que uma provável oferta de trabalho de setores mais qualificados como o da indústria e até mesmo dos setores montadores de motocicletas, que vem apresentando crescimentos interessantes nos últimos anos, não encontrariam profissionais disponíveis para contratar, retardando assim um possível ciclo econômico de crescimento.

Houve uma ligeira melhoria nos indicadores de saúde (redução da mortalidade infantil e materna e aumento na expectativa de vida) durante os anos analisados nessas categorias.

Embora durante as décadas de 70 e 80 tenha havido um progresso incipiente, este pode ser atribuído ao sistema repressivo, concentrador de privilégios e desigual, que se desenvolveu durante a ditadura deixando uma parcela grande da população a própria sorte.

No que tange à condição de moradia, somente dos anos 90 para frente o Estado se ocupou das obras públicas necessárias para acondicionar as casas e cidades, tentando dignificar, em parte, as intransigências das décadas passadas. Entretanto, esse avanço foi somente percebido nas cidades ou na região metropolitana (Assunção), já que o setor rural possui somente 0,1% de cobertura de sistema de esgoto e só 60% de cobertura de água encanada. Portanto, a qualidade do desenvolvimento no que diz respeito ao bem estar, esta ainda longe de acontecer se o governo continua aplicando só 7% - em relação ao PIB – em infra-estrutura e serviços básicos de saneamento.

Ao analisar o índice geral de desenvolvimento humano (IDH) é traduzida à evolução deste nos períodos estudados no capítulo quatro, os baixos logros alcançados foram ofuscados pela queda no crescimento do IDH. Se para o período 1990-1995 este avançou em 2,6%, no período 1995-2000 recuou para 0,8%, sendo fortemente freado pela crise rural de 2002 onde o crescimento do PIB *per capita* foi negativo contagiando o restante dos indicadores do IDH.

A respeito da distribuição de renda apresenta níveis históricos de alta concentração – 0,536 para 2005 – um dos índices mais altos de concentração de riqueza, segundo o Banco Mundial, demandando do Estado uma política urgente de redistribuição da riqueza, e níveis tributários mais eqüitativos.

Não foram encontrados índices de poluição ambiental, por isso se sugere uma maior pesquisa na área para obter assim um informe detalhado da qualidade do ar e do ambiente, além da sustentabilidade do crescimento no Paraguai.

Em relação ao governo, Thomas (2000) afirma que os efeitos dos governos pobres, os entraves burocráticos e a corrupção são regressivos e danosos para o crescimento sustentado. Isto pode ser salientado pela inclusão do Índice de Qualidade Institucional (IQI), que permite fazer uma complementação ao IDH medindo e qualificando a responsabilidade do setor estatal, pois depende deste a existência de garantias que permitam à população fazer escolhas e ter a segurança de que estas serão respeitadas e dita a redundância garantidas de forma individual. O Paraguai apresenta neste primeiro estudo condições ruins a nível institucional, com um elevado índice de corrupção e conseqüentemente a impunidade. Portanto se faz necessário, que outros estudos continuem esta análise do comportamento, principalmente agora que houve mudanças políticas que auspiciam novos horizontes nacionais de respeito, garantia à propriedade privada e condições de negócios melhoradas.

Os resultados do estudo apontam que os entraves burocráticos e a corrupção contribuem muito para o fraco desempenho econômico e estagnação da economia do país.

Quanto à infra-estrutura sócio-econômica, os resultados apontam que o Paraguai permanece com uma base incipiente e uma grande brecha de distinção entre o campo e a cidade, que deve ser encurtada aproveitando de forma mais eficaz os recursos escassos que o país possui. No intuito de alcançar níveis de desenvolvimento sustentáveis e de maior qualidade.

O que pode se esperar da condução Executiva e das forças políticas em geral para sacar o país do atraso pode sintetizar-se em três ações radicais consistentes em:

- A formulação de um plano global de reativação econômica;
- Fomentar as condições para criar maiores postos de trabalho formais;
- Articular medidas claras de segurança jurídica e de mercado, que estimulem os investimentos privados fundamentalmente.

Por fim, o Paraguai é um país de muita diversidade apesar do seu tamanho, é a ele atribuída uma qualidade de terra e das pessoas que poucos países têm. Portanto existe um grande potencial a ser explorado e aproveitado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALADI. ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO. Indicadores socioeconômicos. Disponível em: < <http://www.aladi.org/nsfaladi/indicado.nsf/bd20fe892e1e4b5b032567b4005d0e63/1dee72a9e56355a7032567b4005cd7f1?OpenDocument> > Acesso em: jul.2008.
- Atlas Geográfico del Paraguay y Universal. Ed. Oceano. 2005.
- BANCO MUNDIAL. Desenvolvimento e Redução da Pobreza: Reflexão e Perspectiva. Banco Mundial. 2004.
- BARQUERO, Antonio V. Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre, FEE, 20014. p. 37-55
- BCP .*Banco Central Del Paraguay*. Informes econômicos. Disponível em: < http://www.bcp.gov.py/index.php?option=com_content&task=view&id=148&Itemid=307 > Acesso em: out.2008.
- BID.*Banco Inter-Americano de Desarrollo*. "Country Paper: Paraguay." Documento GN-1990-1. Washington, DC: Banco Inter-Americano de Desarrollo. 1998.
- BASTOS, Vânia. SILVA, Maria. Para Entender as Economias do Terceiro Mundo. Ed. UNB.2da. Edição. 2001.
- BM. Banco Mundial. "Poverty and the Social Sectors in Paraguay: A Poverty Assessment." Report No. 12293-PA. Washington, DC: Banco Mundial. 1994.
- CEPAL. Vários anos. *Economic Survey for Latin America and the Caribbean*. Santiago: CEPAL.
- CEPRO. *Centro Paraguayo para la Promoción de la Libertad Económica y de la Justicia Social*. Disponível em < <http://www.cepro.org.py/Espanol/pubrecen3.htm> > acesso em: maio. 2008
- CHAMORRO, Sebastian. Geografia del Paraguay. 2002
- DGEEC, *Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos*. Dados de censo varios anos, Disponível em < <http://www.dgeec.gov.py/Censos/Index.php> > Acesso em: out. 2008
- DGEEC, *Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos*, Informações sobre pobreza. Disponível em <<http://www.dgeec.gov.py/MECOVI/Publicaciones.htm> > Acesso em: set. 2008
- ECIEL. *Urban Household Income and Consumption Patterns in Latin America: A Comparative Analysis of Colombia, Paraguay, Peru and Venezuela*. Washington, D.C.: The Brookings Institution. 1974.

FOGEL, Ramón. *"Pobreza y Políticas Sociales en el Paraguay."* Mimeo. 1996.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ. Planejamento Regional: Síntese Metodológica. Fortaleza: 1997.

GESSER, Hubert C. Expectativa de vida no Brasil: A geração de Modelos Explicativos por Representação Linear Múltipla. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em engenharia de produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

INDART, Gustavo. *"Política Económica, Distribución del Ingreso, y Pobreza em Paraguay"*. 1999.

IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará). Curva de Lorenz e Índice de Gini. Disponível em <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_14.pdf> Acesso em: out. 2008.

INDEXMUNDI. Taxas comparativas de referencia à força laboral para 2008. Disponível em <http://www.indexmundi.com/pt/paraguay/forca_laboral.html> Acesso em out. 2008.

KRAUSE, Martín. 2008 *"Índice de Calidad Institucional 2008"*.

MEC. *Ministerio de Educación y Cultura*. Informações sobre educação. Disponível em: < http://www.mec.gov.py/cd06/pdf/Py_en_Cifras.pdf > Acesso em: set. 2008

Ministério da Fazenda. Indicadores econômicos. Disponível em: <<http://www.hacienda.gov.py/web-hacienda/index.php>> . Acesso em: set. 2008.

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). Indicadores Básicos para a Saúde do Brasil. Disponível em <<http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/matriz.pdf>> acesso em: maio. 2008.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/home>> acesso em 20 jun. 2008.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Desenvolvimento Humano – Entendendo os indicadores. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/home>> acesso em: out. 2008.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/home>> acesso em: out. 2008.

ROBLES, Marcos. *El Empleo en Paraguay*. 2002. Disponível em < <http://www.iadb.org/sds/doc/EMPLEO%20EN%20PARAGUAY.pdf>> acesso em Nov. de 2008

SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo, Best Seller, 1999, p 168-171.

SAUMA, Pablo. *La Distribución del Ingreso en el Paraguay*. Asunción: DIS/UNA. 1993.

SAUMA, Pablo; Del Cid, Miguel; Jara, Milcíades J.; y Coniglio, Alfredo. *Producción, Ingresos, Empleo y Estratificación Social en el Paraguay*. Asunción: DIS/UNA. 1993.

SCHUMPETER, Joseph E. *On the Concept of Social Value*. in Quarterly Journal of Economics, volume 23, 1908-9. P. 213.

SILVA, Carla Roseni da. Paralelo de desenvolvimento Microrregional: Microrregiões de Campos de Lages, de Joinville e de Tubarão. 2007. 132f. (Monografia) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, 2007.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

THOMAS, Vinod. A Qualidade do Crescimento. Ed. UNESP, 2000. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: abr. 2008.

WIKIPEDIA. Mapa do Paraguai.

<http://www.pagoexpress.com.py/images/mapa/mapa_paraguay.jpg> Acesso em: mai. 2008.

WIKIPEDIA. História do Paraguai. <

http://es.wikipedia.org/wiki/Paraguay#Organizaci.C3.B3n_pol.C3.ADti>

WIKIPÉDIA. Coeficiente de Gini. Disponível em

<http://pt.wikipedia.org/wiki/coeficiente_degini> Acesso em: out. 2008.

ANEXOS

Cuadro A1. Indicadores Macroeconómicos

Año	PIB ¹	Cambio en PIB	Pob. ²	PIB Per Capita ¹	Cambio en PIB per Capita	Superávit Fiscal como % del PIB	IPC	Cambio en Salarios Reales ³	Tasa de Desempleo	
									Urbano ³	Total
1982	108,0	-0,7	3,4	101,5	-3,6	-1,7	8,9	-2,7	5,6	9,4
1983	104,7	-3,0	3,5	95,6	-5,9	-4,3	14,1	-7,1	8,4	13,8
1984	108,1	3,3	3,6	95,8	0,2	-1,0	29,8	-3,5	7,4	8,3
1985	112,5	4,0	3,7	96,8	0,9	-1,5	23,1	-2,2	5,1	8,3
1986	112,2	-0,3	3,8	92,7	-3,3	0,6	24,1	-4,4	6,1	12,8
1987	117,2	4,5	3,9	94,0	1,2	0,2	32,0	12,3	5,5	11,6
1988	125,1	6,7	4,0	97,4	3,4	0,7	16,9	7,7	4,7	8,6
1989	132,4	5,8	4,2	100,2	2,5	1,5	28,7	5,6	6,1	6,7
1990	136,6	3,0	4,3	100,5	0,0	3,0	44,0	-5,7	6,6	7,5
1991	139,7	2,4	4,4	100,0	-0,5	4,4	11,8	-1,2	5,1	9,4
1992	142,2	1,6	4,5	99,0	-1,1	-0,1	17,8	-0,3	5,3	9,8
1993	147,7	4,1	4,6	100,1	1,3	-0,2	20,4	1,8	5,1	9,0
1994	151,9	2,9	4,7	100,3	0,2	3,0	18,3	1,0	4,4	9,0
1995	158,7	4,5	4,8	102,1	1,8	0,5	10,4		4,8	
1996	160,3	1,0	4,9	100,5	-1,6	0,7	9,6			
1997	164,5	2,6	5,0	100,4	-0,1	0,4	6,9			

Notas: ¹ 1980 = 100. ² En millones. ³ Asunción.

Fuente: CEPAL, *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*, varios años; BID (1998).